

Índice

1. Responsáveis pelo formulário

1.1 - Declaração e Identificação dos responsáveis	1
---	---

2. Auditores independentes

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores	2
---	---

3. Informações financ. selecionadas

3.1 - Informações Financeiras	3
3.2 - Medições não contábeis	4
3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras	5
3.4 - Política de destinação dos resultados	6
3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido	7
3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas	8
3.7 - Nível de endividamento	9
3.8 - Obrigações de acordo com a natureza e prazo de vencimento	10

4. Fatores de risco

4.1 - Descrição dos fatores de risco	11
4.2 - Comentários sobre expectativas de alterações na exposição aos fatores de risco	15
4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes	16
4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores	23
4.5 - Processos sigilosos relevantes	24
4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto	25
4.7 - Outras contingências relevantes	26
4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados	27

5. Risco de mercado

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado	28
5.2 - Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado	29
5.3 - Alterações significativas nos principais riscos de mercado	33

Índice

5.4 - Outras informações relevantes	34
6. Histórico do emissor	
6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM	35
6.3 - Breve histórico	36
6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas	37
6.6 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial	38
6.7 - Outras informações relevantes	39
7. Atividades do emissor	
7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas	40
7.2 - Informações sobre segmentos operacionais	41
7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais	42
7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total	46
7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades	47
7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior	48
7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades	49
7.8 - Relações de longo prazo relevantes	50
7.9 - Outras informações relevantes	51
8. Grupo econômico	
8.1 - Descrição do Grupo Econômico	52
8.2 - Organograma do Grupo Econômico	53
8.3 - Operações de reestruturação	54
8.4 - Outras informações relevantes	55
9. Ativos relevantes	
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros	56
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados	57
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia	58

Índice

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades	61
9.2 - Outras informações relevantes	62
10. Comentários dos diretores	
10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais	63
10.2 - Resultado operacional e financeiro	68
10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras	69
10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor	70
10.5 - Políticas contábeis críticas	71
10.6 - Controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras - Grau de eficiência e deficiência e recomendações presentes no relatório do auditor	74
10.7 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios	75
10.8 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras	76
10.9 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras	77
10.10 - Plano de negócios	78
10.11 - Outros fatores com influência relevante	80
11. Projeções	
11.1 - Projeções divulgadas e premissas	81
11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas	82
12. Assembleia e administração	
12.1 - Descrição da estrutura administrativa	83
12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais	86
12.3 - Datas e jornais de publicação das informações exigidas pela Lei nº6.404/76	87
12.4 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração	88
12.5 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem	89
12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal	90
12.7 - Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração	93
12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores	94
12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros	95

Índice

12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores	96
12.12 - Outras informações relevantes	97
13. Remuneração dos administradores	
13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária	98
13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	100
13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	103
13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária	104
13.5 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão	105
13.6 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária	106
13.7 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária	107
13.8 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária	108
13.9 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8 - Método de precificação do valor das ações e das opções	109
13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários	110
13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal	111
13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria	112
13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores	113
13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam	114
13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor	115
13.16 - Outras informações relevantes	116
14. Recursos humanos	
14.1 - Descrição dos recursos humanos	117
14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos	118
14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados	119
14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos	120

Índice

15. Controle

15.1 / 15.2 - Posição acionária	121
15.3 - Distribuição de capital	133
15.4 - Organograma dos acionistas	134
15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte	135
15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor	136
15.7 - Outras informações relevantes	137

16. Transações partes relacionadas

16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas	138
16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas	139
16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado	140

17. Capital social

17.1 - Informações sobre o capital social	141
17.2 - Aumentos do capital social	142
17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações	143
17.4 - Informações sobre reduções do capital social	144
17.5 - Outras informações relevantes	145

18. Valores mobiliários

18.1 - Direitos das ações	146
18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública	147
18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto	148
18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados	149
18.5 - Descrição dos outros valores mobiliários emitidos	150
18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação	151
18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros	152

Índice

18.8 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor	153
18.9 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros	154
18.10 - Outras informações relevantes	155
19. Planos de recompra/tesouraria	
19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor	156
19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria	157
19.3 - Informações sobre valores mobiliários mantidos em tesouraria na data de encerramento do último exercício social	158
19.4 - Outras informações relevantes	159
20. Política de negociação	
20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários	160
20.2 - Outras informações relevantes	161
21. Política de divulgação	
21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações	162
21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas	163
21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações	164
21.4 - Outras informações relevantes	165
22. Negócios extraordinários	
22.1 - Aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor	166
22.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor	167
22.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais	168
22.4 - Outras informações relevantes	169

1.1 - Declaração e Identificação dos responsáveis

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Augusto Lauro de Oliveira Junior

Cargo do responsável

Diretor de Relações com Investidores

Os diretores acima qualificados, declaram que:

a. reviram o formulário de referência

b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19

c. o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores

Possui auditor?	SIM		
Código CVM	1051-0		
Tipo auditor	Nacional		
Nome/Razão social	MOORE STEPHENS JARBA LIMA, FIORAVANTI, PUERARI AUDITORES E CONSULTORES S/S		
CPF/CNPJ	07.048.269/0001-97		
Período de prestação de serviço	04/10/2011		
Descrição do serviço contratado	Auditoria das Demonstrações Contábeis e controles internos.		
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	2012: Para os serviços de auditoria das Demonstrações Contábeis e controles internos, R\$ 114.000,00.		
Justificativa da substituição			
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor			
Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
SERGIO LAURIMAR FIORAVANTI	04/10/2011	363.631.380-00	Avenida Cristóvão Colombo nº 3084, Conjunto 707, Higienópolis, Porto Alegre, RS, Brasil. CEP 90560-002, Telefone (51) 33421003, Fax (51) 33421003, e-mail: sfioravanti@msbrasil.com.br

3.1 - Informações Financeiras - Consolidado

(Reais)	Exercício social (31/12/2012)	Exercício social (31/12/2011)	Exercício social (31/12/2010)
Patrimônio Líquido	495.549.000,00	468.178.000,00	457.634.000,00
Ativo Total	1.210.282.000,00	1.031.095.000,00	993.309.000,00
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	930.344.000,00	737.262.000,00	688.041.000,00
Resultado Bruto	284.925.000,00	236.359.000,00	184.075.000,00
Resultado Líquido	33.588.000,00	18.690.000,00	12.155.000,00
Número de Ações, Ex-Tesouraria (Unidades)	10.582.000	10.582.000	10.582.000
Valor Patrimonial de Ação (Reais Unidade)	46,830000	44,240000	43,250000
Resultado Líquido por Ação	3,170000	1,770000	1,150000

3.2. Medições não contábeis

3.2.1. A Companhia divulga medições relacionadas ao Conceito *EBTDA - Earnings before interest, tax, depreciation and amortization*, equivalente no Brasil ao LAJIDA – Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização, conforme detalhado abaixo:

a) Valor das medições não contábeis:

CONSOLIDADO	2012	2011	2010
EBITDA / LAJIDA MR\$	93.906	75.078	47.237
EBITDA / LAJIDA %	10%	10%	7%

b) Conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas, em milhares de Reais:

CONSOLIDADO	2012	2011	2010
Lucro antes do Resultado Financeiro	84.331	63.663	36.834
Depreciações e Amortizações do Permanente	9.575	11.415	10.403
EBITDA / LAJIDA MR\$	93.906	75.078	47.237

c) Motivo da apresentação dos números com referência ao Conceito *EBTDA - Earnings before interest, tax, depreciation and amortization*, ou (LAJIDA – Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização):

Trata-se de uma forma de apresentação do desempenho econômico operacional da Companhia. O EBITDA/LAJIDA não é uma medida de desempenho financeiro segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, tampouco deve ser considerado isoladamente. O EBITDA/LAJIDA não possui significado padronizado e a nossa definição de EBITDA/LAJIDA pode não ser comparável àquela utilizada por outras sociedades.

3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras

Eventos subsequentes

Não se aplica à Companhia. Justificativa: A Administração da Cia. entende não haver qualquer evento subsequente relevante a apresentar que influencie a tomada de decisão de investimento ou entendimento sobre as informações prestadas no Formulário.

3.4. Política de destinação de resultados

CONTROLADORA	2012	2011	2010
a) Regras sobre retenção de lucros	Reserva Legal de 5% sobre o lucro líquido não excedendo 20% do Capital Social; e reserva de capital de giro de 70% do lucro líquido ajustado conforme Art.202 da Lei 6.404/76, observando o limite de 80% do Capital Social.	Reserva Legal de 5% sobre o lucro líquido não excedendo 20% do Capital Social; e reserva de capital de giro de 70% do lucro líquido ajustado conforme Art.202 da Lei 6.404/76, observando o limite de 80% do Capital Social.	Reserva Legal de 5% sobre o lucro líquido não excedendo 20% do Capital Social; e reserva de capital de giro de 70% do lucro líquido ajustado conforme Art.202 da Lei 6.404/76, observando o limite de 80% do Capital Social.
b) Regras sobre distribuição de dividendos	Dividendos mínimos de 30% do lucro ajustado de acordo com O Estatuto Social da Companhia. Às ações preferenciais é assegurado um dividendo adicional de 10% (dez por cento) sobre o lucro ajustado do exercício.	Dividendos mínimos de 30% do lucro ajustado de acordo com O Estatuto Social da Companhia. Às ações preferenciais é assegurado um dividendo adicional de 10% (dez por cento) sobre o lucro ajustado do exercício.	Dividendos mínimos de 30% do lucro ajustado de acordo com O Estatuto Social da Companhia. Às ações preferenciais é assegurado um dividendo adicional de 10% (dez por cento) sobre o lucro ajustado do exercício.
c) Periodicidade das distribuições de dividendos	Anual	Anual	Anual
d) Restrições à distribuição de dividendos	Não houve	Não houve	Não houve

CONTROLADA	2012	2011	2010
a) Regras sobre retenção de lucros	Reserva Legal de 5% sobre o lucro líquido não excedendo 20% do Capital Social; e reserva de capital de giro e novos investimentos do saldo remanescente após as destinações, conforme Art.202 da Lei 6.404/76, observando o limite de 80% do Capital Social.	Reserva Legal de 5% sobre o lucro líquido não excedendo 20% do Capital Social; e reserva de capital de giro e novos investimentos do saldo remanescente após as destinações, conforme Art.202 da Lei 6.404/76, observando o limite de 80% do Capital Social.	Reserva Legal de 5% sobre o lucro líquido não excedendo 20% do Capital Social; e reserva de capital de giro e novos investimentos do saldo remanescente após as destinações, conforme Art.202 da Lei 6.404/76, observando o limite de 80% do Capital Social.
b) Regras sobre distribuição de dividendos	Dividendos mínimos de 30% do lucro ajustado de acordo com O Estatuto Social da Companhia.	Dividendos mínimos de 30% do lucro ajustado de acordo com O Estatuto Social da Companhia.	Dividendos mínimos de 30% do lucro ajustado de acordo com O Estatuto Social da Companhia.
c) Periodicidade das distribuições de dividendos	Anual	Anual	Anual
d) Restrições à distribuição de dividendos	Não houve	Não houve	Não houve

3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido

(Reais)	Exercício social 31/12/2012	Exercício social 31/12/2011	Exercício social 31/12/2010
Lucro líquido ajustado	31.908.600,00	17.755.500,00	11.547.000,00
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado	30,000000	30,000000	30,000000
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor	6,780000	5,241255	4,000000
Dividendo distribuído total	9.573.000,00	5.327.000,00	3.464.000,00
Lucro líquido retido	22.335.600,00	12.428.500,00	8.691.000,00
Data da aprovação da retenção	23/04/2013	26/04/2012	02/05/2011

Lucro líquido retido	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo
Dividendo Obrigatório						
Ordinária	9.442.000,00	05/06/2013	5.261.000,00	31/12/2012	3.417.000,00	
Dividendo Prioritário Mínimo						
Preferencial	131.000,00	05/06/2013	66.000,00	31/12/2012	47.000,00	

3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas

3.6. Informar se nos 3 últimos exercícios sociais foram declarados Dividendos a conta de Lucros retidos ou reservas constituídas em exercícios anteriores:

Na Controlada, no exercício social encerrado em 2010, houve, em função dos impactos dos ajustes ao IFRS no resultado, o consumo de R\$ 560 mil da conta de Lucros Acumulados para fazer frente ao JCP apropriado e pago a seus Acionistas.

3.7 - Nível de endividamento

Exercício Social	Montante total da dívida, de qualquer natureza	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
31/12/2012	465.240.000,00	Índice de Endividamento	0,94000000	

3.8 - Obrigações de acordo com a natureza e prazo de vencimento

Exercício social (31/12/2012)						
Tipo de dívida	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total	
Garantia Real	18.179.000,00	16.876.000,00	8.509.000,00	4.953.000,00	48.517.000,00	
Garantia Flutuante	40.768.000,00	0,00	0,00	0,00	40.768.000,00	
Quirografárias	138.595.000,00	217.672.000,00	19.688.000,00	0,00	375.955.000,00	
Total	197.542.000,00	234.548.000,00	28.197.000,00	4.953.000,00	465.240.000,00	
Observação						

4.1 Fatores de Risco que possam influenciar a decisão de investimento na Companhia

a) Fatores de risco relacionados à Companhia

A Companhia acredita que os fatores de risco vinculados ao macro ambiente (cenários externos) estão relacionados à: a) mudança dos hábitos de consumo brasileiro, desde que tal mudança afete o nível de demanda da *commodity* arroz e derivados, alterando dessa forma o mercado consumidor de nossos principais produtos; b) alterações significativas na legislação, impostos, tributos e contribuições que afetem o segmento de atuação, com impacto nas margens e volume de vendas da Companhia; ou ainda c) a condução da política econômica Brasileira, que podem afetar tanto rentabilidade quanto a demanda e vendas da organização.

Com relação aos riscos no âmbito do microambiente, os fatores principais estão na retenção e formação de recursos humanos com elevados níveis de formação e motivação, o que a empresa entende ser um diferencial competitivo, na otimização e melhoria contínua dos processos de gestão da informação (Tecnologia da Informação e Sistema de Informações Gerenciais), a manutenção do nível de investimento e reinvestimento em novas tecnologias para modernização e incremento de rentabilidade das unidades industriais, e a pesquisa e desenvolvimento de novos produtos que atendam as necessidades e desejos do mercado consumidor, de forma sustentável para a organização, como o investimento em linhas saudáveis e obtidas com o uso de tecnologia limpa.

A Empresa também entende como um fator de risco o comportamento e estratégias dos concorrentes, onde o desafio compreendido pela organização está em usar as ferramentas de gestão e qualificação de seus gestores na tentativa de prever ou gerar soluções rápidas e eficazes para cada posicionamento identificado, para dessa forma proteger e maximizar os interesses da organização.

b) Fatores de risco relacionados a seu controlador, direto ou indireto, ou grupo de controle

A gestão da Companhia é significativamente influenciada pelos acionistas controladores, que ditam as estratégias e ações relevantes da alta administração. Dessa forma, o afastamento de seus principais executivos (Diretor Presidente e Diretor Vice Presidente e de Relação com Investidores) pode afetar a condução dos negócios da organização. A sucessão familiar também pode ser considerada um fator de impacto no futuro de qualquer organização com essa característica.

c) Fatores de risco relacionados a seus acionistas

Efeitos adversos econômicos, do segmento ou mercado de atuação, bem como relativos à gestão operacional da Companhia podem reduzir ou impossibilitar a geração de lucro, o que tem impacto direto na distribuição de dividendos ou juros sobre o capital próprio aos acionistas. Outro ponto que pode ser identificado como fator de risco está em que, uma Companhia Aberta submetida à Lei das S/A e ao seu Estatuto, prevê o direito dos acionistas controladores em determinar as principais ações na condução dos negócios e operações da Companhia. Como esse controle limita a ação dos acionistas minoritários em influenciar as decisões corporativas da organização, pode haver conflito de interesses entre os acionistas controladores e os acionistas minoritários.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

d) Fatores de risco relacionados à suas controladas

A Companhia possui duas empresas controladas, Real Empreendimentos S/A e Josapar International.

A primeira atua na administração e gestão de imóveis comerciais, com os riscos inerentes à sua atividade, e possui estrutura de capital, índices de liquidez e rentabilidade plenamente satisfatórios para sua operação e segmento de atuação. Não existe nesta data base qualquer tipo de relacionamento operacional entre esta controlada e à Companhia controladora, que não a equivalência patrimonial do investimento realizado.

A segunda foi criada em 1997 com a única finalidade de captação de investimentos estrangeiros, através do lançamento de um Programa de *Euro Commercial Paper*, totalmente liquidado em 1999. Empresa sem qualquer tipo de atividade operacional desde então.

e) Fatores de risco relacionados a seus fornecedores

A Companhia possui um nível extremamente pulverizado de fornecedores de matérias primas dos seus principais produtos – lastreados na *commodity* arroz – onde o principal fornecedor individual não representa mais do que 3% do abastecimento anual da empresa. As demais linhas e segmentos de atuação possuem oferta com pulverização semelhante de matérias primas, com exceção da linha de alimentos a base de proteína isolada de soja, onde por opção a Companhia adquire a matéria prima de um único fornecedor.

f) Fatores de risco relacionados a seus clientes

A empresa detém mais de 6 mil clientes ativos. Apesar desse volume, da mesma forma que a maioria absoluta de indústrias do setor alimentício do Brasil que atende seu mercado consumidor através do varejo organizado, há a concentração natural de suas vendas de acordo com a concentração do segmento varejista nacional.

Um risco relacionado a este tópico está em haver contínua incidência de fusões e aquisições desse segmento, o que aumenta o poder de barganha pelo volume nas negociações comerciais, e que pode prejudicar as margens de contribuição da organização.

Outro fator de risco pode ser a influência das políticas econômicas e cenários da economia local implicando diretamente no movimento da inadimplência dos clientes da corporação, determinando dessa forma movimento semelhante no volume de Provisão para Créditos de Liquidez Duvidosa.

g) Fatores de risco relacionados aos setores de atuação da Companhia na economia

A Organização entende que toda a movimentação política e econômica do país como um fator de risco e de oportunidades na gestão de sua operação.

Possíveis instabilidades políticas afetam o cenário de valorização das companhias, movimento de taxas de câmbio (que pode interferir nos preços de matérias-primas e no volume de exportações), e spread's bancários (que pode afetar o nível de investimentos e custo de capital de giro).

A política econômica de forma mais ampla pode impactar diretamente no nível de renda da população, alterando a curva de demanda dos produtos da Companhia, assim como alterações da taxa básica de juros geram efeitos em cascata sobre a cadeia corporativa (fornecedores, segmento, clientes, consumidor final) alterando a liquidez, podendo deslocar o equilíbrio do sistema.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

h) Fatores de risco relacionados à regulação dos setores de atuação da Companhia

Os governos, tanto no âmbito estadual como federal, têm exercido a fiscalização sobre as empresas do nosso e de outros segmentos com o uso de ferramentas tecnológicas cada vez mais inteligentes e interligadas, o que a Companhia entende como crucial para evitar a informalidade nos segmentos de atuação.

Porém o que a organização entende ser um fator de risco é a postura unilateral e muitas vezes opressora com que alguns Órgãos Regulamentadores e Fiscalizadores conduzem tais procedimentos, além da morosidade com que muitas vezes apreciam as matérias do interesse das empresas de nosso segmento.

A Companhia também procura estar atenta às medidas legais que tramitam na Câmara dos Deputados e no Congresso Nacional, e dos impactos que a aprovação ou vedação de tais medidas possam representar no contexto das suas atividades.

i) Fatores de risco relacionados aos países estrangeiros onde a Companhia atue

A Companhia não possui unidades industriais e comerciais fora do território nacional. Com relação a países estrangeiros, é importadora tradicional de matéria prima de arroz, fertilizantes, e de proteína isolada de soja de alguns países, sendo que tal volume representou 23% de nosso Custo dos Produtos vendidos em 2012 (Controladora).

Tem sua venda tradicionalmente concentrada no mercado consumidor doméstico, onde a exportação de seus produtos representa historicamente menos de 5% de sua venda bruta anual. Em 2012, esta marca atingiu 7,5% da receita bruta.

Nesse sentido, a Organização entende como fatores de risco no relacionamento com o mercado externo a instabilidade econômica e crises de liquidez globais, que afetam todos os países de relacionamento, com agravantes maiores ou menores de acordo com o volume de PIB, dependência externa e risco país individuais de cada nação.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

4.2 - Comentários sobre expectativas de alterações na exposição aos fatores de risco

4.2. Expectativas de redução ou aumento na exposição a riscos relevantes

A Companhia adota a prática de análise constante dos cenários micro e macro econômicos, todos que em maior ou menor escala imputam alterações estratégicas e operacionais na gestão da companhia. Entende que utiliza boas ferramentas de informação e gestão, utiliza seus indicadores de *performance* constantemente em avaliações comparativas dentro e fora de seu segmento de atuação. Adota política de rígida disciplina financeira e gestão conservadora de Caixa, e seus executivos da alta administração encontram-se focados na identificação de oportunidades nos pontos de risco acima identificados.

A Organização identifica o nível de preços no mercado da *commodity* arroz como o principal fator de redução de risco de seu mercado de atuação, ocasionando aumento do volume financeiro de vendas e influenciando positivamente seus ganhos de escala e margem líquida.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

4.3. Descrever os processos judiciais, administrativos ou arbitrais em que a Companhia ou suas controladas sejam parte, discriminando entre trabalhistas, tributários, cíveis entre outros: (i) que não estejam sobre sigilo, e (ii) que sejam relevantes para os negócios da Companhia e suas controladas :

A Companhia possui diversas ações trabalhistas, cujo montante total pedido pelas partes autoras remonta R\$ 2,863 milhões em 31/12/2012. A empresa não considera a classificação de ações trabalhistas e seu volume como um fator de risco relevante para sua operação

Controlada, quadro selecionado por relevância*, base 31/12/2012:

* Critério para determinação da relevância: (i) contingência passiva; (ii) valor em discussão (Cível >R\$ 50 mil; Tributário > R\$ 200 mil); (iii) probabilidade de perda indicada pelos Consultores Jurídicos da Companhia

Processo	d) Partes do processo				e) Valores, bens ou direitos envolvidos	f) Principais fatos	g) Chance de Perda	h) Análise do Impacto em caso de perda	i) Valor Provisoriamente - em R\$ mil	
	a) Juízo	b) Instância	c) Data da Instauração	Aut. (a)						Ré
11040.000241/2003-50	Delegacia da Receita Federal de Pelotas	2ª Instância	31/3/2003	Receita Federal	Josapar	R\$ 1.169.287,25 (principal+multa+juros)	Lançamento de CSL decorrente de glosa da compensação de base de cálculo negativa - Ineficácia Tributária de Operação de Incorporação. Julgado procedente o lançamento. Interposto recurso voluntário, foram rejeitadas as preliminares alegadas, mas acolhida a decadência quanto aos fatos geradores ocorridos em 31.12.1997, e no mérito, negado provimento ao recurso voluntário, desde 08.01.2011, processo aguardando formalização de decisão.	Possível, mas não provável	Garantia Real	Nota explicativa no. 19 das DF's
ATIM 3.027.495.3	Tribunal de Impostos e Taxas	2ª Instância	29/11/2004	Fazenda Pública	Josapar	R\$ 14.171.866,19 (principal+multa+juros)	ICMS - Deixou de exibir documentos fiscais exigidos pela Fiscalização estadual. Indeferida a impugnação apresentada pela Empresa. Recurso Voluntário ao TIT. Em 11/05/09, foi distribuído o Recurso Ordinário, cujo julgamento reduziu o valor do Auto de Infração. Mantida decisão do Tribunal de Impostos e Taxas julgando parcialmente procedente o recurso, considerando que ficou demonstrada a exclusão com relação aos impressos não exibidos utilizados no estabelecimento autuado, no montante de 14.747 impressos. Em 15/04/10 foi protocolado Pedido de Reconsideração e pedido de direito a sustentação Oral. Recurso de Retificação de Julgado admitido, em 26/06/2010. Recurso não conhecido. No mérito, rescus reconhecida a deficiência da decisão, especificamente quanto a diligência e o seu resultado. Em 18/09/2010 protocolamos Recurso Especial pedindo a reforma da decisão proferida em sede de Pedido de Retificação de Julgado, para fins de que seja corrigido o equívoco sobre o número de impressos pendentes de apresentação que representam apenas 938. Recurso Indeferido.	Possível, mas não provável	Sem garantia	Nota explicativa no. 19 das DF's
11040.001468/2004-68	Delegacia da Receita Federal de Pelotas	2ª Instância	19/1/2005	Receita Federal	Josapar	R\$ 2.041.898,39 (principal+juros+multa)	IRPJ/CSLL - Glosa da dedução das despesas financeiras, especialmente juros, encargos e variações, nas bases de cálculo dos tributos, incidente sobre a renda, mediante a desconsideração dos registros jurídicos, que as partes contratuais realizaram, para internalizar os bens numerários, oriundos do programa de papéis comerciais. Julgado procedente o lançamento. Recurso voluntário com arrolamento de bem imóvel. Cláusula do Acórdão 107-08867, por unanimidade, rejeitando as preliminares de nulidade. Quanto ao IRPJ, por unanimidade, acolhendo a preliminar de decadência dos trimestres do ano calendário de 1998 e rejeitando a preliminar de decadência quanto ao ano de 1999. Quanto à CSLL, por maioria, rejeitando a preliminar de decadência. E, no mérito, negando provimento ao recurso de IRPJ e CSLL. Petição requerendo o cancelamento do arrolamento - declaração de inconstitucionalidade pelo STF (ADI 1.976/DF). Interposto recurso especial à CSRF. Cláusula (11.05.2010) da INTIMAÇÃO nº 733/2010/SECAT/COB, relativa a despacho n. DDC10748423-168 admitindo parcialmente o recurso especial interposto quanto à decadência da CSLL; Recurso de Agravo à CSRF, interposto em 17.05.2010, quanto à inadmissão parcial do recurso	Possível, mas não provável	Garantia Real no valor de R\$ 2.021.706,14	Nota explicativa no. 19 das DF's
11080.007836/2006-11	Delegacia da Receita Federal de Porto Alegre	2ª Instância	22/11/2006	Receita Federal	Josapar	R\$ 1.860.978,33 (principal+multa+juros)	No dia 25.05.2010, processo movimentado ao CONSELHO ADMINISTRATIVO RECURSOS FISCAIS-MF-DF. Desde 02.02.2011, processo está para análise do agravo/recurso especial na 1ª Turma da CSRF.	Possível, mas não provável	Sem garantia	Nota explicativa no. 19 das DF's
							Trata-se de Pedido de Restituição/ Compensação do saldo negativo de IRPJ decorrente da apuração trimestral (1º, 3º e 4º) de 1996, indeferido em função do IRPJ deduzidos do imposto devido em cada período-base. Interposição de Manifestação de Inconformidade. Desde 09.06.2010 processo encaminhado ao CONSELHO ADMINISTRATIVO RECURSOS FISCAIS-MF-DF à COORDENADORIA DE CONTABILIDADE TRIBUTÁRIA DA PGFN-DF, em 02.07.2010, retornando ao CONSELHO ADMINISTRATIVO RECURSOS FISCAIS-MF-DF. Desde 08.07.2010 processo na Gestão de Processos Fiscais/CARF.			

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

11080.008915/2006-31	Delegada da Receita Federal de Porto Alegre	2ª Instância	25/10/2006	Receita Federal	Josapar	Receita Federal	R\$ 423.382,54 (principal+multa+juros)	Josapar	Receita Federal	Trata-se de Representação Fiscal acusando excesso de compensação relativamente ao saldo negativo do IRPJ apurado em 2000 (PA 11040.000983/2001-13) - Erro de fato na PER/DCOMP que retificou corrigiu a compensação dos débitos com saldo negativo de 2001 (ano-base). Protocolizada petição de esclarecimentos à Intimação n. 332/07. Despacho decisório através do qual não foram aceitas declarações de compensação, não homologadas compensações, não declaradas compensações referentes a débitos e ratificada a não homologação de declarações de compensação. Interposto recurso. Protocolizada manifestação de inconformidade contra não homologação de compensação. Decisão no PAF n. 11080.002341/2008-59 indeferindo o recurso administrativo interposto e confirmando a não declaração das compensações ref. 02 débitos contidos na DCOMP 01115 que constam incluídos no PAES conforme Despacho DRFB/POA n. 2292/07. Desde 03.03.2008, processo permanece no SERV CONTROLE DE JULGAMENTO-DRJ-POA-RS.	Possível, mas não provável	Sem garantia	Nota explicativa no. 19 das DF's
11040.001264/2000-77	Delegada da Receita Federal de Pelotas	2ª Instância	22/11/2006	Josapar	Receita Federal	R\$ 1.028.282,47 (principal+multa+juros)	Receita Federal	Trata-se de Pedido de Restituição/ Compensação do saldo negativo de IRPJ decorrente de apuração anual de 1997, parcialmente deferido em função de (i) exclusão no LALUR de adições (IPC/BNT) feitas por empresa sucedida (Suprema); (ii) IRRF deduzidos do imposto devido. Interposição de Manifestação de Inconformidade. Ciência do Acórdão 10-12.862/2007 indeferindo o pedido de restituição e compensação do IRPJ e da CSLL, anos 1997 e 1998. Interposto recurso voluntário. Desde 08.07.2010, na fase de recepção, processo na Gestão de Processos Fiscais/CARF.	Possível, mas não provável	Sem garantia	Nota explicativa no. 19 das DF's		
11080.900076/2009-57	Delegada da Receita Federal de Porto Alegre	2ª Instância	26/7/2009	Josapar	Receita Federal	R\$ 1.690.254,50 (principal+juros+multa)	Receita Federal	Trata-se de saldo negativo da CSLL de 2003 cuja compensação de débitos não foi homologada a pretexto de que o direito de crédito informado em PER/DCOMP não consta declarado na DIPJ 2004. Protocolo de Manifestação de Inconformidade (26.02.2009) perante a RFB de Porto Alegre, RS. No dia 09.06.2010, intimação RFB/SECRET/RESTITUIÇÃO/COMPENSAÇÃO n. 1459/2010 dando ciência do Acórdão DRJ/POA n. 10-22.185, de 12.11.09, e de recurso administrativo à DRFB/POA, reiterando a anulação da Informação de Informação Fiscal DRF/POA n. 162/10 que comunicou o despacho Decisão que nega a existência de saldo negativo CSLL 2003. Processo movimentado para DIV DE TRIBUTAÇÃO-SRRF-LURF-RS. Desde 08.07.10, protocolo de Recurso Voluntário ao CARF. Desde 26.01.2011, processo movimentado do GABINETE SECRETARIA RECEITA FEDERAL-MF para COORDENAÇÃO-GERAL TRIBUTAÇÃO-RFB-MF-DF. Em 11.07.2011, formalização da desistência e renúncia a efeitos da Lei 11.941/09 relativamente ao recurso administrativo e recurso voluntário interpostos, mediante protocolos dessa perante o PAF de crédito	Prejudicado em vista da inclusão do débito no Refis da Crise	Refis TV	Nota explicativa no. 19 das DF's		
11080.901351/2005-26	Delegada da Receita Federal de Porto Alegre	1ª Instância	26/7/2009	Josapar	Receita Federal	R\$ 2.246.299,96 (principal+juros+multa)	Receita Federal	11080.900076/2009-57, e ainda, protocolo de petições informando a renúncia aos direitos e ações em face da Lei n. 11.941/09, perante os PAF de cobrança 11080.900457/2009-22, 11080.900183/2009-85, 11080.900184/2009-20, 11080.900185/2009-74, com Junçada do "Recibo de Consolidação de Parcelamento de Dívidas Não Parceladas Anteriormente - Art. 1º - Demais Débitos No Âmbito da RFB". Processo administrativo entrado à vista da inclusão dos débitos no Refis da Crise (Lei n. 11.941/09)	Possível, mas não provável	Sem garantia	Nota explicativa no. 19 das DF's		
11080.002431/2010-64	Delegada da Receita Federal de Porto Alegre	1ª Instância	26/7/2009	Josapar	Receita Federal	R\$ 355.765,52 (principal+juros+multa)	Receita Federal	Saldo Negativo de IRPJ - período-base: 2002, negado em parte em face de retenções de IRRF insuficiente e de estimativa mensal de IRPJ/2002 cujo pagamento foi considerado não comprovado à vista do PAF 11080.010035/2006-24, causando não homologação parcial de compensação com o mesmo efetivada. Protocolo de Manifestação de Inconformidade. No dia 28.12.2010, processo movimentado do SERV ORIENT ANÁLISE TRIBUTARIA-DRFPOA-RS para o SERV CONTROLE DE JULGAMENTO-DRJ-POA-RS. Desde 31.08.2011, processo movimentado para SERV CONTROLE DE JULGAMENTO-DRJ-POA-RS.	Possível, mas não provável	Sem garantia	Nota explicativa no. 19 das DF's		
11080.900075/2009-11	Delegada da Receita Federal de Porto Alegre	2ª Instância	26/7/2009	Josapar	Receita Federal	R\$ 2.110.179,85 (principal+multa+juros)	Receita Federal	Saldo Negativo de IRPJ - período-base 2004, sem reconhecimento em face de retenções de IRRF e de estimativas mensais de IRPJ/2004 cujos pagamentos foram considerados não comprovados, causando não homologação de compensação com os mesmos efetivados. Protocolo de Manifestação de Inconformidade. No dia 28.12.2010, processo movimentado do SERV ORIENT ANÁLISE TRIBUTARIA-DRFPOA-RS para o SERV CONTROLE DE JULGAMENTO-DRJ-POA-RS	Possível, mas não provável	Sem garantia	Nota explicativa no. 19 das DF's		

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

11131.000675/2010-60	Delegada da Receita Federal de Fortaleza	1ª Instância	19/7/2010	Receita Federal	Josapar	R\$ 651.887,67 (principal+juros+multa)	Exigência do Imposto de Importação 2006 e 2007. Alegada inexistência dos Certificados de Origem; importação desamparada de LI, e, por fim, classificação fiscal incorreta NCM 1006.30.29, supondo como correta a NCM 1006.30.21. Aplicada Multa administrativa de 258% do imposto exigido. Em 19/07/2010 Impugnação protocolada na SEC ARRECADACAO E COBRANCA-ALF-FOR-CE. Em 04/08/2010 processo em trânsito para SERV CONTROLE DO JULGAMENTO-DRJ-FOR-CE. Em 25/08/2010 o processo foi remetido para DEL REC FED JULGAMENTO-FORTALEZA-CE.	Sem garantia	Nota explicativa no. 19 das DF's
11080.010828/2005-62	Delegada da Receita Federal de Porto Alegre	2ª Instância	14/12/2005	Receita Federal	Josapar	R\$ 1.371.529,46 COFINS R\$ 6.102.121,57	Auto de Infração PIS/COFINS. Em virtude de não homologação das compensações feitas pela empresa com crédito de IPT manutenção - processo judicial. Em 15/02/2008, a Delegacia da Receita Federal de Julgamento de Porto Alegre, proferiu despacho indeferindo a Manifestação de Inconformidade da empresa. Em 04/04/2008, a empresa apresentou Recurso Voluntário ao qual foi negado provimento. Inconformada, a empresa apresentou Recurso Especial. Em 23/12/2009, como o processo se encontra apenas ao processo n.º 11040.000632/2005-36, a RFB entendeu, que o referido processo tinha sido incluído também ao parcelamento. Em 07/04/2011, a Empresa protocolizou petição para informar que o processo em questão não tinha sido incluído no parcelamento. Ao final, se requereu o desentranhamento e o encaminhamento dos autos para o julgamento pelo CARF.	Lei n.º 11.941/09 Novo Refis	Nota explicativa no. 19 das DF's
11080010555/2006-37	Delegada da Receita Federal de Porto Alegre	2ª Instância	30/11/2006	Receita Federal	Josapar	R\$ 867.320,82	Trata-se de Declaração de compensação de COFINS não cumulativo (3º trj/05) e créditos vinculados às vendas no mercado interno com alíquota zero. Em 19/01/2007, foi proferido despacho que decidiu que reconheceu parcialmente o direito de crédito da empresa. Em 04/04/2007, a empresa apresentou Manifestação de Inconformidade. Em 01/03/2010, a empresa incluiu parte dos débitos em programa de parcelamento, segundo a Lei n.º 11.941/09 (novo Refis). Assim, o processo prosseguiu em relação aos débitos não parcelados. Em 31/05/2010, adveio despacho para dar ciência da glosa que permanece em litígio, no valor de R\$ 49.14. Em 26/10/2010, a empresa apresentou manifestação concordando com a planilha da DRF. Manifestação de Inconformidade julgada improcedente. Em 20/05/2011, a empresa interps Recurso Voluntário. Atualmente aguarda-se julgamento do Recurso Voluntário.	Sem garantia	Nota explicativa no. 19 das DF's
11080.010560/2006-40	Delegada da Receita Federal de Porto Alegre	2ª Instância	30/11/2006	Receita Federal	Josapar	R\$ 502.540,28	Trata-se de Declaração de Compensação de COFINS não cumulativo (4º trj/05) e créditos vinculados às vendas no mercado interno com alíquota zero. Em 19/01/2007, foi proferido despacho que decidiu que reconheceu parcialmente o direito de crédito da empresa. Em 04/04/2007, a empresa apresentou Manifestação de Inconformidade. Em 01/03/2010, a empresa incluiu parte dos débitos em programa de parcelamento, segundo a Lei n.º 11.941/09 (novo Refis). Assim, o processo prosseguiu em relação aos débitos não parcelados. Em 31/05/2010, adveio despacho para dar ciência da glosa que permanece em litígio, no valor de R\$ 153.351,20. Em 26/10/2010, a empresa apresentou manifestação concordando com a planilha da DRF. Manifestação de Inconformidade julgada improcedente. Em 20/05/2011, a empresa interps Recurso Voluntário. Atualmente se aguarda julgamento do Recurso Voluntário.	Sem garantia	Nota explicativa no. 19 das DF's
11040.000431/2005-39	Delegada da Receita Federal de Porto Alegre	2ª Instância	30/11/2006	Receita Federal	Josapar	R\$ 990.936,85	Trata-se de Pedido de Ressarcimento/compensação de COFINS não cumulativo (1º trj/05) e créditos vinculados às vendas no mercado interno com alíquota zero. Em 19/01/2007, foi proferido despacho que decidiu que reconheceu parcialmente o direito de crédito da empresa. Em 04/04/2007, a empresa apresentou Manifestação de Inconformidade. Em 01/03/2010, a empresa incluiu parte dos débitos em programa de parcelamento, segundo a Lei n.º 11.941/09 (novo Refis). Assim, o processo prosseguiu em relação aos débitos não parcelados. Em 31/05/2010, adveio despacho para dar ciência da glosa que permanece em litígio, no valor de R\$ 1.862,68. Em 26/10/2010, a empresa apresentou manifestação concordando com a planilha da DRF. Manifestação de Inconformidade julgada improcedente. Em 17/06/2011, a empresa interps Recurso Voluntário. Atualmente se aguarda julgamento do Recurso Voluntário.	Sem garantia	Nota explicativa no. 19 das DF's
11080.007884/2009-43	Delegada da Receita Federal de Porto Alegre	1ª Instância	10/5/2010	Receita Federal	Josapar	R\$ 516.390,49	Trata-se de Pedido de Ressarcimento de COFINS não-cumulativo, vinculados às receitas de exportação e mercado interno, referentes ao 1º trimestre de 2006. Em 27/11/2009 foi proferido despacho que decidiu que reconheceu parcialmente o direito de crédito da empresa. Em 10/05/2010 a empresa apresentou Manifestação de Inconformidade. Atualmente se aguarda julgamento da Manifestação de Inconformidade.	Sem garantia	Nota explicativa no. 19 das DF's

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

11080.720067/2010-18	Delegada da Receita Federal de Porto Alegre	1ª Instância	10/5/2010	Receita Federal	Josapar	R\$ 503.321,78	Trata-se de Pedido de Ressarcimento de COFINS não-cumulativo, vinculados às receitas de exportação e mercado interno, referentes ao 2º trimestre de 2006. Em 27/11/2009 foi proferido despacho que decidiu que reconheceu parcialmente o direito de crédito da empresa em relação às receitas de exportação e do mercado interno. Em 10/05/2010 a empresa apresentou Manifestação de Inconformidade. Atualmente se aguarda julgamento da Manifestação de Inconformidade.	Posível	Sem garantia	Nota explicativa no. 19 das DF's
11080.720068/2010-62	Delegada da Receita Federal de Porto Alegre	1ª Instância	10/5/2010	Receita Federal	Josapar	R\$ 379.420,39	Trata-se de Pedido de Ressarcimento de COFINS não-cumulativo, vinculados às receitas de exportação e mercado interno, referentes ao 3º trimestre de 2006. Em 27/11/2009 foi proferido despacho que reconheceu parcialmente o direito de crédito da empresa em relação às receitas de exportação e do mercado interno. Em 10/05/2010 a empresa apresentou Manifestação de Inconformidade. Atualmente se aguarda julgamento da Manifestação de Inconformidade.	Posível	Sem garantia	Nota explicativa no. 19 das DF's
11080.720071/2010-86	Delegada da Receita Federal de Porto Alegre	1ª Instância	10/5/2010	Receita Federal	Josapar	R\$ 459.564,21	Trata-se de Pedido de Ressarcimento de COFINS não-cumulativo, vinculados às receitas de exportação e mercado interno, referentes ao 4º trimestre de 2006. Em 27/11/2009 foi proferido despacho que reconheceu parcialmente o direito de crédito da empresa em relação às receitas de exportação e do mercado interno. Em 10/05/2010 a empresa apresentou Manifestação de Inconformidade. Atualmente se aguarda julgamento da Manifestação de Inconformidade.	Posível	Sem garantia	Nota explicativa no. 19 das DF's
11080.720072/2010-21	Delegada da Receita Federal de Porto Alegre	1ª Instância	10/5/2010	Receita Federal	Josapar	R\$ 439.872,54	Trata-se de Pedido de Ressarcimento de COFINS não-cumulativo, vinculados às receitas de exportação e mercado interno, referentes ao 1º trimestre de 2007. Em 27/11/2009 foi proferido despacho que reconheceu parcialmente o direito de crédito da empresa em relação às receitas de exportação e do mercado interno. Em 10/05/2010 a empresa apresentou Manifestação de Inconformidade. Atualmente se aguarda julgamento da Manifestação de Inconformidade.	Posível	Sem garantia	Nota explicativa no. 19 das DF's
11080.720076/2010-17	Delegada da Receita Federal de Porto Alegre	1ª Instância	10/5/2010	Receita Federal	Josapar	R\$ 465.106,51	Trata-se de Pedido de Ressarcimento de COFINS não-cumulativo, vinculados às receitas de exportação e mercado interno, referentes ao 2º trimestre de 2007. Em 27/11/2009 foi proferido despacho que decidiu que reconheceu parcialmente o direito de crédito da empresa em relação às receitas de exportação e do mercado interno. Em 10/05/2010 a empresa apresentou Manifestação de Inconformidade. Atualmente se aguarda julgamento da Manifestação de Inconformidade.	Posível	Sem garantia	Nota explicativa no. 19 das DF's
11080.720078/2010-06	Delegada da Receita Federal de Porto Alegre	1ª Instância	10/5/2010	Receita Federal	Josapar	R\$ 428.890,08	Trata-se de Pedido de Ressarcimento de COFINS não-cumulativo, vinculados às receitas de exportação e mercado interno, referentes ao 4º trimestre de 2007. Em 27/11/2009 foi proferido despacho que decidiu que reconheceu parcialmente o direito de crédito da empresa em relação às receitas de exportação e do mercado interno. Em 10/05/2010 a empresa apresentou Manifestação de Inconformidade. Atualmente se aguarda julgamento da Manifestação de Inconformidade.	Posível	Sem garantia	Nota explicativa no. 19 das DF's
11080.720079/2010-42	Delegada da Receita Federal de Porto Alegre	1ª Instância	10/5/2010	Receita Federal	Josapar	R\$ 409.082,03	Trata-se de Pedido de Ressarcimento de COFINS não-cumulativo, vinculados às receitas de exportação e mercado interno, referentes ao 1º trimestre de 2008. Em 27/11/2009 foi proferido despacho que reconheceu parcialmente o direito de crédito da empresa em relação às receitas de exportação e do mercado interno. Em 10/05/2010 a empresa apresentou Manifestação de Inconformidade. Atualmente se aguarda julgamento da Manifestação de Inconformidade.	Posível	Sem garantia	Nota explicativa no. 19 das DF's
11080.720086/2010-44	Delegada da Receita Federal de Porto Alegre	1ª Instância	10/5/2010	Receita Federal	Josapar	R\$ 375.630,18	Trata-se de Pedido de Ressarcimento de COFINS não-cumulativo, vinculados às receitas de exportação e mercado interno, referentes ao 2º trimestre de 2008. Em 27/11/2009 foi proferido despacho que decidiu que reconheceu parcialmente o direito de crédito da empresa em relação às receitas de exportação e do mercado interno. Em 10/05/2010 a empresa apresentou Manifestação de Inconformidade. Atualmente se aguarda julgamento da Manifestação de Inconformidade.	Posível	Sem garantia	Nota explicativa no. 19 das DF's
11080.720077/2010-53	Delegada da Receita Federal de Porto Alegre	1ª Instância	10/5/2010	Receita Federal	Josapar	R\$ 473.379,77	Trata-se de Pedido de Ressarcimento de COFINS não-cumulativo, vinculados às receitas de exportação e mercado interno, referentes ao 3º trimestre de 2007. Em 27/11/2009 foi proferido despacho que decidiu que reconheceu parcialmente o direito de crédito da empresa em relação às receitas de exportação e do mercado interno. Em 10/05/2010 a empresa apresentou Manifestação de Inconformidade. Atualmente se aguarda julgamento da Manifestação de Inconformidade.	Posível	Sem garantia	Nota explicativa no. 19 das DF's

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

11080.007887/2009-87	Delegacia da Receita Federal de Porto Alegre	1ª Instância	10/5/2010	Recita Federal	Josapar	R\$ 1.296.057,79	Trata-se de Pedido de Ressarcimento de COFINS não-cumulativo, vinculados às receitas de mercado interno, referentes ao 2º trimestre de 2005 ao 4º trimestre de 2005 e às receitas de exportação, referentes ao 3º trimestre de 2004 ao 4º trimestre de 2005. Em 27/11/2009 foi proferido despacho que decidiu que reconheceu parcialmente o direito de crédito da empresa em relação às receitas de exportação e do mercado interno. Em 10/05/2010 a empresa apresentou Manifestação de Inconformidade. Atualmente se aguarda julgamento da Manifestação de Inconformidade.	Posível	Sem garantia	Nota explicativa no. 19 das DF's
11080.721932/2010-43	Delegacia da Receita Federal de Porto Alegre	1ª Instância	10/5/2010	Recita Federal	Josapar	R\$ 1.505.759,05	Trata-se de Pedido de Ressarcimento de COFINS não-cumulativo, vinculados às receitas de mercado interno, referentes ao 3º trimestre de 2004 ao 1º trimestre de 2005. Em 27/11/2009 foi proferido despacho que decidiu que reconheceu parcialmente o direito de crédito da empresa em relação às receitas de exportação e do mercado interno. Em 10/05/2010 a empresa apresentou Manifestação de Inconformidade. Atualmente se aguarda julgamento da Manifestação de Inconformidade.	Posível	Sem garantia	Nota explicativa no. 19 das DF's
11080.007886/2009-32	Delegacia da Receita Federal de Porto Alegre	1ª Instância	10/5/2010	Recita Federal	Josapar	R\$ 411.583,75	Trata-se de Pedido de Ressarcimento de PIS não-cumulativo, vinculada às receitas de mercado interno, referentes ao 3º trimestre e 2º trimestre de 2005 ao 4º trimestre de 2005 e vinculados às receitas de exportação, referentes ao 3º trimestre de 2004 ao 4º trimestre de 2005. Em 27/11/2009 foi proferido despacho que decidiu que reconheceu parcialmente o direito de crédito da empresa em relação às receitas de exportação e do mercado interno. Em 10/05/2010 a empresa apresentou Manifestação de Inconformidade. Atualmente se aguarda julgamento da Manifestação de Inconformidade.	Posível	Sem garantia	Nota explicativa no. 19 das DF's
11480.723802/2010-70	Delegacia da Receita Federal em Recife	1ª Instância	11/1/2011	Recita Federal	Josapar	R\$ 12.744.579,03	Trata-se de Impugnação a Auto de Infração lavrado porque a Receita Federal entendeu que a classificação fiscal dada ao arroz importado estava incorreta e desqualificou as Licenças de Importação. Foi apresentada Impugnação ao Auto de Infração em 11/01/2011. Atualmente se aguarda julgamento.	Posível	Sem garantia	Nota explicativa no. 19 das DF's
11480.721069/2011-30	Delegacia da Receita Federal em Recife	1ª Instância	14/4/2011	Recita Federal	Josapar	R\$ 36.743.868,43	Trata-se de Impugnação a Auto de Infração lavrado porque a Receita Federal entendeu que a classificação fiscal dada ao arroz importado estava incorreta e desqualificou as Licenças de Importação. Foi apresentada Impugnação ao Auto de Infração em 14/04/2011. Atualmente se aguarda julgamento.	Posível	Sem garantia	Nota explicativa no. 19 das DF's
11080.720182/2011-73	Delegacia da Receita Federal de Porto Alegre	1ª Instância	24/2/2011	Recita Federal	Josapar	R\$ 393.491,54	Trata-se Manifestação de Inconformidade em face do indeferimento de Pedido de Ressarcimento de COFINS não-cumulativo, vinculados às receitas de exportação e mercado interno, referentes aos 2º e 3º trimestres de 2009. Em 24/02/2011 foi apresentada a Manifestação de Inconformidade. Aguarda julgamento da Manifestação de Inconformidade.	Posível	Sem garantia	Nota explicativa no. 19 das DF's
11080.000057/2011-43	Delegacia da Receita Federal de Pelotas	1ª Instância	23/3/2011	Recita Federal	Josapar	R\$ 1.512.192,25	Trata-se de Pedido de Restituição de créditos de PIS/COFINS, originários de processo judicial (Lei nº 11.941/98), indeferido em face de erro formal. Em 26/01/2011 foi proferido despacho que não reconheceu o direito creditório. Em 23/03/2011 foi apresentada a Manifestação de Inconformidade. Atualmente se aguarda julgamento da Manifestação de Inconformidade.	Posível	Sem garantia	Nota explicativa no. 19 das DF's
11080.000341/2011-10	Secretaria da Receita Federal de Porto Alegre	1ª Instância	4/3/2011	Recita Federal	Josapar	R\$ 772.063,95	Trata-se de Impugnação a Auto de Infração lavrado em face do indeferimento de Pedido de Restituição de créditos de PIS/COFINS, originários de processo judicial (Lei nº 11.941/98), indeferido devido a erro formal. Em 26/01/2011 foi lavrado o Auto de Infração. Em 23/03/2011 foi apresentada Impugnação ao Auto de Infração. Aguarda julgamento da Impugnação.	Posível	Sem garantia	Nota explicativa no. 19 das DF's
Auto de Infração nº 46116300188-7	Secretaria da Fazenda do Estado do Pará	1ª Instância	12/8/2011	Recita Estadual do Pará	Josapar	R\$ 1.786.375,12	Impugnação ao auto de lançamento que auto lavrado em face da empresa supostamente realizada a entrada, saída ou estoque de mercadorias sem nota fiscal, com falta de pagamento de ICMS. - Em 12/08/2011 foi apresentada Impugnação ao Auto de Infração. - Aguarda julgamento da Impugnação.	Posível	Sem garantia	Nota explicativa no. 19 das DF's
2009.71.00.020803-2	1ª Vara Federal de Execuções Fiscais de Porto Alegre	1ª Instância	20/7/2009	União Federal	Josapar	R\$ 787.545,72	Trata-se de execução fiscal - CDA nº 00.2.07.003087-89, 00.2.07.003088-80, 00.6.07.010894-27. - Em 07/01/2010 é informado que a executada aderiu a 1ª fase do parcelamento instituído pela Lei 11.941/2009, que se encontra pendente de negociação e consolidação, em face disso pediu a suspensão da execução. Em 06/05/2010 foi requerida a penhora no rosto dos autos da Execução de sentença nº 93.00.04106-1, onde a executada possui crédito a receber da União, através de precatório; Em 17/05/2010 foi proferida decisão indeferindo o pedido da União Federal; Em 05/04/2011 a executada se manifestou requerendo a suspensão da presente Execução Fiscal tendo em vista que serão extintos os débitos que constituem a CDA executada pela conversão de saldo remanescente dos depósitos judiciais realizados no Mandado de Segurança nº 2000.71.10.002359-2; Em 27/04/2011 a União requereu a suspensão de 120 dias da Execução Fiscal tendo em vista que o parcelamento celebrado pela executada continua ativo; Desde 13/05/2011 o processo encontra-se suspenso por parcelamento do débito;	Posível	Sem garantia	Nota explicativa no. 19 das DF's
023.03.367967-6	2ª Vara Federal de Florianópolis	1ª Instância	13/11/2003	Ministério Público de Santa Catarina	Josapar	R\$ 100.000,00	Trata-se de Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público de Santa Catarina em desfavor da Josapar sob argumento de que a RE comercializava Produtos Suprasy sem a Informação da presença de Organismos Geneticamente Modificados em sua composição. Em sede liminar, foram determinados o recolhimento dos produtos no prazo de 15 dias e fixada multa diária no valor de R\$ 100.000,00. Tal decisão restou suspensa em razão de agravo de instrumento interposto pela Josapar. Determinada expedição de ofício ao laboratório Alap. Aguarda Resposta.	Posível	Sem garantia	Nota explicativa no. 19 das DF's

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

2004.71.10003476-5	1ª Vara Federal de Pelotas	2ª Instância	13/9/2004	International Finance Corporation	Josapar	R\$ 29.883.840,03	Trata-se de execução por Quantia Certa contra Devedor Solvente movida pelo organismo internacional <i>International Finance Corporation</i> em face de JOSAPAR - Joaquim Oliveira S/A Participações e Petróil S/A Participações. Processo Suspenso até o julgamento dos embargos à execução.	Posível	Garantia Real	Nota explicativa no. 19 das DF's
0221.06.0018161-9	1ª Vara Cível de Pelotas	1ª Instância	17/10/2006	Cíntia Elena da Silva e Outros	Josapar	R\$ 200.000,00	Trata-se de ação indenizatória que busca a reparação de danos materiais e morais, causados por acidente de trabalho ocorrido na sede da Josapar com funcionário terceirizado (companheiro e pai das autoras). Processo suspenso.	Posível	Sem garantia	Nota explicativa no. 19 das DF's
001/1.05.0066155-7	1ª Vara Cível do Foro Central de Porto Alegre	2ª Instância	8/3/2004	WMS Supermercados do Brasil S.A	Josapar e Real Empreendimentos	R\$ 54.634.633,41	Trata-se de ação ordinária de cobrança movida por WMS Supermercados do Brasil em desfavor de Josapar e Real Empreendimentos. Refere que os requeridos são devedores de valores advindos de obrigação contratual originada no contrato particular firmado entre as partes, em que se obrigaram pelos passivos indenizatórios e diferenças do valor patrimonial da empresa em relação do que fora declarado e apresentado em balancete à realidade dos fatos. Inconformadas com a decisão que julgou parcialmente procedente o pedido, as requeridas interuseram recurso de apelação. Foi dado provimento parcial à apelação de Josapar, para reduzir à quantia de R\$ 17.737.276,85 o principal da condenação que a sentença antes fixara em R\$ 38.891.932,31. Foi também dado parcial provimento à apelação de WMS, para reconhecer-lhe direito a juros de mora contados do ajuizamento da ação. A litisconsorte Real Empreendimentos AS e WMS Supermercados do Brasil, interuseram embargos de declaração. Os autos estão conclusos à desembargadora relatora para julgamento dos embargos.	A improcedência é uma hipótese provável e a redução da condenação é uma hipótese possível.	Garantia Real	Nota explicativa no. 19 das DF's

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Controlada, quadro selecionado por relevância*, base 31/12/2012:

* Critério para determinação da relevância: (i) contingência passiva; (ii) probabilidade de perda indicada pelos Consultores Jurídicos da Companhia

Processo	a) Juízo	b) Instância	c) Data da Instauração	d) Partes do processo		e) Valores, bens ou direitos envolvidos	f) Principais fatos	g) Chance de Perda	h) Análise do Impacto em caso de perda	i) Valor Provisoriamente - em R\$ mil
				Autor (a)	Ré					
11080.000498/2002-54	Delegacia da Receita Federal de Porto Alegre	2ª Instância	4/1/2002	Receita Federal	Real Empreendimentos	R\$ 1.259.703,35 (principal+multa+juros)	Trata-se de lançamento de IRPJ decorrente da redução indevida do Lucro Real em virtude da exclusão, no ano de 1996, de valores correspondentes a despesas com depreciação de 1991 e 1992, diferença IPC/ITNF. Lei n. 8.200/91, art. 3º, não computadas no resultado fiscal da incorporada Supermercados Real S.A. Julgado procedente o lançamento. Recurso Voluntário ao CC, ao qual foi negado provimento. Petição requerendo o cancelamento do arrolamento face a sua declaração de inconstitucionalidade pelo STF (ADI 1.976/DF). Com a interposição de Recurso Especial à CSRF, processo reencaminhado em 10/09/2008 para o DIV DIVIDA ATIVA UNIAO-PRFN-4 REGIAO-RS. Aguarda término do MS 2008.71.00.018531-3 que busca o reconhecimento da nulidade da intimação da decisão do recurso voluntário interposto nos autos deste PAF, para que seja processado o recurso especial pela empresa interposta, com a consequente desconstrução da CDA 00.2.08.001054-30	Possível, mas não provável	Garantia Real	Nota Explicativa no. 16 das DF's
11080.000497/2002-18	Delegacia da Receita Federal de Porto Alegre	2ª Instância	3/1/2002	Receita Federal	Real Empreendimentos	R\$ 257.788,88 (principal+multa+juros)	Trata-se de lançamento de CSUL decorrente (i) da redução indevida da sua base de cálculo em virtude da exclusão, no ano de 1996, de valores correspondentes a despesas com depreciação de 1991 e 1992, diferença IPC/ITNF, Lei n. 8.200/91, art. 3º, não computadas no resultado fiscal da incorporada Supermercados Real S.A.; e (ii) da compensação de base negativa superior ao saldo existente. Julgado procedente o lançamento. Recurso Voluntário ao CC, ao qual foi negado provimento. Petição requerendo o cancelamento do arrolamento - declaração de inconstitucionalidade pelo STF (ADI 1.976/DF). Interposto recurso especial à CSRF. Admitido o recurso, o processo foi encaminhado à CSRF para julgamento. Em 06.09.2010, processo movimentado da CSRF para o CARF.	Possível, mas não provável	Garantia Real	Nota Explicativa no. 16 das DF's
11080.900923/2011-06	Delegacia da Receita Federal de Porto Alegre	1ª Instância	24/3/2011	Receita Federal	Real Empreendimentos	R\$ 321.100,65 (principal+multa+juros)	Trata-se de direito creditório de IRPJ 2008 cuja natureza é de "Pagamento Indevido ou a Maior que o Devido" em DARF, todavia, pleiteado como Saldo Negativo de IRPJ com suposta origem de antecipações de imposto via IRRF sobre aplicações financeiras, pela legislação exigidas deduzir do imposto devido apurado na DIPJ/2009. Desde 10.02.2011 processo no SERV ORIENT ANÁLISE TRIBUTARIA-DRFPOA-RS. Em 24.03.2011 protocolo de Manifestação de Inconformidade. Em 26.07.2011, processo encaminhado para o órgão SERV CONTROLE DE JULGAMENTO-DRJ-POA-RS.	Provável	Sem Garantia	Nota Explicativa no. 16 das DF's
11080.900924/2011-42	Delegacia da Receita Federal de Porto Alegre	1ª Instância	24/3/2011	Receita Federal	Real Empreendimentos	R\$ 112.712,51 (principal+multa+juros)	Trata-se de direito creditório de IRPJ cuja natureza é de "Pagamento Indevido ou a Maior que o Devido" em DARF, todavia, pleiteado como Saldo Negativo de IRPJ em com suposta origem de antecipações de imposto via IRRF sobre aplicações financeiras, pela legislação exigidas deduzir do imposto devido apurado em DIPJ/2009. Desde 10.02.2011 processo no SERV ORIENT ANÁLISE TRIBUTARIA-DRFPOA-RS. Em 24.03.2011 protocolo de Manifestação de Inconformidade. Em 26.07.2011, processo encaminhado para o órgão SERV CONTROLE DE JULGAMENTO-DRJ-POA-RS.	Provável	Sem Garantia	Nota Explicativa no. 16 das DF's
11080.900925/2011-97	Delegacia da Receita Federal de Porto Alegre	1ª Instância	24/3/2011	Receita Federal	Real Empreendimentos	R\$ 282.264,95 (principal+multa+juros)	Trata-se de direito creditório de IRPJ 2008 cuja natureza é de "Pagamento Indevido ou a Maior que o Devido" em DARF, todavia, pleiteado para restituir/compensar como Saldo Negativo de IRPJ com suposta origem de antecipações de imposto via IRRF sobre aplicações financeiras, pela legislação exigidas deduzir do imposto devido apurado em DIPJ/2009. Desde 10.02.2011 processo no SERV ORIENT ANÁLISE TRIBUTARIA-DRFPOA-RS. Em 24.03.2011 protocolo de Manifestação de Inconformidade. Em 26.07.2011, processo encaminhado para o órgão SERV CONTROLE DE JULGAMENTO-DRJ-POA-RS.	Provável	Sem Garantia	Nota Explicativa no. 16 das DF's
11080.730424/2011-37	Delegacia da Receita Federal de Porto Alegre	1ª Instância	28/11/2011	Receita Federal	Real Empreendimentos	R\$ 380.165,68 (principal+multa+juros)	IRPJ - Glosa de prejuízos fiscais acumulados mediante alterações do lucro real e saldo de prejuízos fiscais no SARL, a partir de 1995, motivando lançamento de IRPJ dos períodos-base de 2006 e 2007. Protocolo da impugnação. Desde 30.11.2011, processo encaminhado para o órgão SERV CONTROLE DE JULGAMENTO-DRJ-POA-RS.	Remota	Sem Garantia	Nota Explicativa no. 16 das DF's

4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores

4.4. Processos judiciais, administrativos ou arbitrais, que não estejam sob sigilo, em que a Companhia ou suas controladas sejam parte e cujas partes contrárias sejam administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores ou acionistas do emissor da Companhia e de suas Controladas

Não se aplica à Companhia. Justificativa: Não há qualquer processo sob sigilo em que a empresa ou suas controladas sejam parte, cujas partes contrárias sejam administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores ou acionistas do emissor da Companhia e de suas Controladas.

4.5 - Processos sigilosos relevantes

4.5. Impactos no caso de perda e valores envolvidos em processos sigilosos relevantes em que a Companhia ou suas controladas sejam parte

Não se aplica à Companhia. Justificativa: Não há qualquer processo sob sigilo em que a empresa ou suas controladas sejam parte relevante a apresentar que influencie a tomada de decisão de investimento ou entendimento sobre as informações prestadas no Formulário.

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

4.6. Processos judiciais, administrativos e arbitrais repetitivos ou conexos, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes, em que a Companhia e suas controladas sejam partes, que não estejam sob sigilo e que em conjunto sejam relevantes para seu negócio

Não se aplica à Companhia. Justificativa: Não há processos judiciais, administrativos e arbitrais repetitivos ou conexos, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes, em que a Companhia e suas controladas sejam partes, que não estejam sob sigilo e que em conjunto sejam relevantes a apresentar que influencie a tomada de decisão de investimento ou entendimento sobre as informações prestadas no Formulário.

4.7. Outras contingências relevantes

4.7.1. Plano de readequação fiscal

Em 2009 a empresa aderiu ao programa Refis IV, instituído pela Lei 11.941/2009, incluindo débitos pendentes de liquidação por falta de homologação da compensação de créditos por parte da RFB, que ainda encontram-se em discussão até esta data.

A Companhia optou por não incluir o saldo remanescente do PAES, Lei 10.864/03, apresentado no passivo circulante, no montante de R\$343.

O Refis IV (Refis da Crise), apesar de ter seu prazo de consolidação encerrado em 30 de junho de 2011, ainda aguarda algumas pendências que serão decididas em processos administrativos ou judiciais, conforme as características de cada empresa e as composições e particularidades de cada modalidade aderida. No caso da Josapar, não foi possível consolidar os débitos pretendidos liquidar com saldos de depósitos judiciais, em virtude da ausência desta possibilidade nos dispositivos informatizados disponibilizados no sitio da RFB. Por este motivo, adotando posição conservadora, a empresa optou por consolidar todos os seus débitos na modalidade de parcelamento em 180 meses, incluídos os pretendidos liquidar a vista, com saldos de depósitos judiciais e com créditos de prejuízos fiscais, ou de bases negativas da contribuição social. Tempestivamente encaminhou processos administrativos paralelos para ver reconhecidos tais valores pagos a vista, seus créditos oriundos de prejuízos fiscais e de bases negativas da contribuição social, bem como os saldos remanescentes de depósitos judiciais vinculados a processos inclusos neste programa. Após concluída a consolidação do Refis IV da Josapar, nos moldes como descrito acima, sua composição em 31 de dezembro de 2011 ficou em R\$34.340, já líquidos dos benefícios de redução de multas e juros proporcionados pela Lei 11.941/2009, conforme regulamentado pela Portaria Conjunta PGFN/RFB nº. 06/09.

Em 31 de dezembro de 2012 o montante do parcelamento é de R\$12.938(R\$15.080 em 31 de dezembro de 2011) e esta sendo apresentado R\$1.117 passivo circulante, e R\$11.821, não circulante na rubrica obrigações sociais e tributárias.

Composição do Refis-Lei 11.941/2009 em 31 de dezembro de 2012:

Tributos	Valor líquido após benefícios da lei 11.941	Liquidados com Créditos Fiscais IRPJ e CSLL s/ Prejuízos Fiscais	Liquidados com Depósitos Judiciais	Pagamento à vista RFB PGFN INSS	Valor Parcelado em 31.12.2012
PIS – RFB	2.741	(2)	-	(6)	2.733
COFINS – RFB	11.570	(2.195)	-	(5.585)	3.790
IRRF – RFB	2.481	(4)	-	(490)	1.987
CSLL-RFB	79	-	-	-	79
CSLL – RFB	2.797	(7)	-	(33)	2.757
IRPJ – RFB	2.703	(1)	-	(5)	2.697
IRPJ- RFB	6.339	(195)	(5.415)	(729)	-
IRPJ- IRRF- PGFN	37	(7)	(20)	(10)	-
IRPJ – PGFN	3.983	(57)	(3.926)	-	-
CSLL – PGFN	1.372	(23)	(1.349)	-	-
INSS – PGFN	238	-	(228)	(10)	-
Total Consolidado	34.340	(2.491)	(10.938)	(6.868)	14.043
Atualização Monetária	-	-	-	-	4.030
Amortizações	-	-	-	-	(5.135)
Saldo em 31.12.2012	-	-	-	-	12.938

4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados

4.8. Informações sobre as regras do país de origem da Companhia e regras do país no qual os valores mobiliários da Companhia estão custodiados

Não se aplica à Companhia. Justificativa: empresa privada nacional sem valores mobiliários custodiados no exterior.

5.1. Riscos de mercado que a Companhia está exposta, inclusive relativo a riscos cambiais e a taxas de juros

A companhia está exposta aos riscos inerentes à atividade do segmento alimentício, especificamente aos mercados de arroz e derivados e sua controlada àqueles existentes na atividade de comercialização e exploração de imóveis.

Porém, dentre os principais riscos que podem afetar a operação, situação financeira e perspectivas futuras da organização estão:

- A influência de ações do Governo Federal sobre a economia brasileira. A condução da política econômica pode exercer efeitos adversos ao mercado, sob o aspecto de taxa de juros e inflação;
- Alterações na legislação tributária e regulamentação de mercado pelos órgãos oficiais, podem exercer impactos no mercado, com efeitos em margens e volumes comercializados;
- Acontecimentos e percepção de riscos em outros países, sobretudo Estados Unidos da América (vetor dólar norte americano) e União Européia (vetor Euro) podem desencadear efeitos adversos sobre a economia de países emergentes e do Brasil, especificamente sobre PIB, mercado de valores mobiliários, taxas de juro e câmbio.

Por orientação estratégica, em função de o mercado da Companhia ser quase que totalmente representado pela economia doméstica (mais de 90% da receita em moeda corrente nacional), o endividamento relevante da empresa é composto por linhas em Reais, formado por taxas pré-fixadas ou indexadores Brasileiros (TJPL e CDI) e *spread's* bancários. A dívida total compreende linhas de investimento e capital de giro, e remonta, em 31/12/2012, MR\$ 464.389 (controladora). A Controlada não tem dívida relevante para suas operações.

A Controladora possui parte de seu capital de giro contratado em linhas das Resoluções 2.770 e 4.131. Na sua origem estas linhas possuem lastro em moeda estrangeira (Dólar) e desde sua contratação foram convertidas para a variação do CDI – Certificado de Depósito Interbancário.

Os financiamentos de importação no Passivo Circulante equivalem a US\$ 7.907 mil, aos quais incidem encargos equivalentes à variação cambial do dólar norte americano e spread bancário, e estão atrelados a parcela da conta de receber em prazos e con

Em Janeiro de 2013 houve consenso entre a Companhia e a IFC quanto à disputa judicial até então vigente. O valor acordado – integralmente provisionado e equivalente a R\$11.653 em 31.12.2012, será pago em quatro parcelas semestrais a partir de Janeiro de 2013, com encargos de Libor + 4,25% aa. .Deste montante, R\$9.609 compõem o passivo circulante e R\$2.044 o passivo não circulante.

5.2. Política de gerenciamento de riscos de mercado adotada pela Companhia, objetivos, estratégias e instrumentos

a) Riscos para os quais busca proteção e b) Estratégia de proteção patrimonial (hedge)

A organização tem a orientação estratégica de conduzir seus negócios de forma segura, transparente e conservadora, com o foco primordial em buscar a maximização dos resultados através das atividades específicas da Companhia, estabelecidas em seu Estatuto Social (*core business*). Desse modo, o corpo de seus principais executivos estabelece políticas internas que visam proteções naturais para os riscos de abastecimento de matéria-prima, riscos mercadológicos, risco de crédito, e riscos de liquidez e *funding*, além da tradicional terceirização do risco patrimonial e de responsabilidade civil, através da gestão de contratos de seguro.

c) Instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)

A empresa busca viabilizar proteções naturais para mitigar riscos. Dentre elas, encontram-se: Níveis mínimos de estoque de matéria-prima de acordo com a safra de arroz e a demanda doméstica e internacional; organização, estudos e avaliações quanto à demanda do varejo brasileiro e mercado de exportações, além do monitoramento das ações da concorrência; utilização de ferramentas de análise técnica e gestão de crédito; determinação e manutenção de níveis mínimos de liquidez financeira e política clara de financiamento da operação e para investimentos; além da própria utilização de recebíveis em moeda estrangeira como *hedge* natural as importações da companhia.

Nas operações específicas onde matéria-prima importada compõe de forma substancial mercadorias vendidas no mercado interno, há uma política comercial clara de proteção de margem quanto às variações cambiais através de ajuste de preços de venda, como também operações com fator de ajuste de preço variável dependendo da variação cambial da matéria-prima.

Seguros

Em relação à proteção do imobilizado e responsabilidade civil da companhia, a empresa se utiliza do mercado segurador brasileiro e da contratação de apólices específicas no sentido de terceirizar esse risco.

A Companhia e suas controladas mantêm política de contratar cobertura de seguros para os seus ativos sujeitos a riscos e por montantes considerados suficientes para fazer frente a eventuais perdas com sinistros. A Administração determina os valores em risco e os limites máximos de indenização levando em consideração a natureza das atividades, concentração e relevância dos riscos e a eficiência dos mecanismos de proteção e segurança adotados na construção e operação das plantas e instalações da Companhia, seguindo adicionalmente a orientação de seus consultores de seguros.

As premissas de risco adotadas e emissão de opinião sobre a suficiência das coberturas de seguros não fazem parte do escopo da auditoria.

Cobertura	Tipo de cobertura	Ramo	Total MR\$	Vigência
Prédios, equipamentos, estoques e lucros cessantes	Incêndio, explosão, vendaval, alagamento danos elétricos e demais riscos	Patrimonial	115.000	Junho 2013
	Estabelecimento industrial, comercial,			

5.2 - Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado

Responsabilidade Civil	poluição súbita, empregador, riscos contingentes de veículos, produtos e danos morais.	RC	1.000	Junho 2013
Responsabilidade Civil	Administradores	RC D&O	5.000	Junho 2013
Automóvel frota	Casco, danos materiais e pessoais a terceiros e danos morais	Automóvel	110% FIPE 500 RC	Junho 2013
Mercadorias em transporte Nacional	Perda ou dano total ou parcial aos produtos	Transporte Nacional	1.000	Agosto 2013
Mercadorias em transporte Internacional	Perda ou dano total ou parcial aos produtos	Transporte Internacional	US\$ 5.000	Agosto 2013

d) Parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

A Companhia utiliza parâmetros próprios determinados por seus principais executivos, de acordo com a estratégia global da organização e da percepção de fatores externos. Em casos específicos como na gestão financeira corrobora políticas e objetivos de acordo com a comparação de índices de liquidez, endividamento, medidas de inadimplência de carteira e provisão com outras empresas do mesmo porte e segmento.

e) Instrumentos Financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial

Instrumentos Financeiros derivativos

A Companhia tem como regra geral a não contratação de linhas de crédito em moeda estrangeira, de forma a não ficar sujeita ao risco de flutuação do mercado de câmbio, financiando majoritariamente sua operação por linhas de crédito em moeda nacional, taxas pré-fixadas ou pós-fixadas por indexadores brasileiros (CDI e TJLP) mais spread bancário.

Frente à oportunidade de financiamento com menores custos de captação mediante repasse de recursos externos por instituições financeiras brasileiras, a Companhia contratou alguns financiamentos em moeda estrangeira regulados pela Resolução 2.770/00 do Banco Central do Brasil e pela Lei 4.131/62. Em linha com sua política interna todos esses empréstimos foram objeto de contratos de swap e convertidos em moeda corrente nacionais remunerados a taxa de juros baseadas na variação do CDI de forma imediata e simultânea a cada contratação.

Esses contratos de swap têm a finalidade de proteção patrimonial, não objetivam ganho ou perda pela variação do mercado cambial e são utilizados como ferramenta de gerenciamento de riscos, permitindo que a Companhia permaneça limitada ao risco definido por sua política interna, a taxa de juros brasileira.

O efeito da realização dos contratos de swap e dos contratos em moeda estrangeira é nulo, uma vez que protegem integralmente a variação cambial no decorrer de suas respectivas vigências.

Linha	Contratação	Valor	custo		Indexador	31.12.2012	Vencimento	
1	2770	30.11.2012	R\$1.360	1,75%	Passivo	CDI	R\$1.377	25.04.2014
	Swap	30.11.2012	USD 670	1,85%	Ativo	US\$		
2	4131	22.09.2011	R\$10.960	123,50%	Passivo	US\$	R\$12.625	16.09.2013
	swap	22.09.2011	USD 5.850	3,20%	Ativo	CDI		
3	4131	21.12.2012	R\$15.000	1,99%	Passivo	CDI	R\$15.028	18.12.2014
	Swap	21.12.2012	USD 7.218	2,77%	Ativo	US\$		
						R\$ 29.030		

Análises de sensibilidade da Companhia perante o risco assumido pelas políticas internas - taxa de juros brasileira.

5.2 - Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado

Quadro demonstrativo de Análise de sensibilidade base 31.12.2012 em R\$ mil:

Risco: alta do CDI CDI Dez/2012: 7,25% a.a

Efeito simulado até a data de vencimento de cada contrato.

					Cenários		
					Provável (I)	Cenário (II)	Cenário (III)
					manutenção	> 25%	> 50%
					7,25%	9,06%	10,88%
					CDI aa	CDI aa	CDI aa
Data base	Valor	spread	index	vencimento			
31.12.2012	R\$1.378	1,75%	CDI	25.04.2014	R\$ 1.548	R\$ 1.583	R\$ 1.618
31.12.2012	R\$12.625	123,50%	CDI	16.09.2013	R\$13.428	R\$13.626	R\$13.823
31.12.2012	R\$15.028	1,99%	CDI	18.12.2014	R\$17.967	R\$18.577	R\$19.197
31.12.2012	R\$29.030	diversos	CDI	diversos	R\$32.943	R\$33.786	R\$34.638
Efeito aumento CDI até o vencimento de cada contrato					R\$ 0	R\$ 843	R\$ 1.695

* O critério utilizado para as variações atribuídas aos cenários II e III segue a recomendação do Art. 3º, § 2º. da Instrução CVM 475/08.

** Os efeitos relacionados acima majoram diretamente as despesas financeiras, reduzindo, após o cômputo dos efeitos fiscais aplicáveis, o resultado e na seqüência a conta de lucros acumulados.

f) Estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos

A estrutura da Companhia responsável pelo controle e gerenciamento de riscos é composta pelo grupo gerencial e diretoria executiva.

g) Adequação da estrutura operacional e controles internos para a verificação da efetividade da política adotada

A Companhia dispõe da Auditoria externa e de um Conselho de Administração ativo como ferramentas de fiscalização das políticas adotadas e objetivos perseguidos pelo grupo gerencial e dos diretores executivos.

5.2 - Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado

5.3 - Alterações significativas nos principais riscos de mercado

5.3. Informar se houve, em relação ao último exercício social, alterações significativas nos principais riscos de mercado à que a Companhia está exposta, ou na política de gerenciamento de riscos adotada

A empresa entende que a conjuntura econômica se encontra em um momento de expectativa. Por um lado há a redução de juros e medidas expansionistas por parte da equipe econômica do governo, a fim de estimular o crescimento da economia. Por outro lado, observa-se com muita atenção e prudência possíveis reflexos no cenário global da aguda e contínua crise européia.

Contudo, as políticas de gerenciamento de riscos adotadas pela Companhia sofrem contínuas adequações e adaptações a fim de redefinir objetivos em função da dinâmica do mercado na qual se encontra inserida, visando reavaliar processos, bem como identificar e aproveitar oportunidades típicas de um cenário dinâmico.

5.4 - Outras informações relevantes

5.4. Outras informações relevantes

Não se aplica à Companhia. Justificativa: A Administração da Cia. entende ter apresentado todas as informações relevantes que possam influenciar a tomada de decisão de investimento ou o entendimento sobre as informações prestadas no Formulário.

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM

Data de Constituição do Emissor	13/11/1973
Forma de Constituição do Emissor	Sociedade Anônima de Capital Aberto
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	04/03/1988

6.3 - Breve histórico

6.3. Breve histórico

Fundada em 1973 (antiga Suprarroz S/A Indústria e Comércio) com capacidade instalada de processamento de 20.000 toneladas de arroz em casca ao ano, a Josapar se tornou, em virtude de qualidade de seus produtos e dos constantes investimentos, uma grande companhia de alimentos, uma das maiores processadoras de arroz e feijão do país, com capacidade instalada para processar em torno de 770.000 toneladas anuais de matéria prima de arroz em suas 6 unidades operacionais.

Visando o aproveitamento integral do grão de arroz, inaugurou em 1980 a unidade de arroz parboilizado e em 1984, a unidade de produção de farinha, a partir dos grãos quebrados no processo de beneficiamento.

Em 1987 a Companhia expandiu a capacidade das unidades existentes, localizadas em Pelotas e em 1989, inaugurou sua nova unidade de Itaqui, atendendo a crescente demanda por seu produtos.

No início dos anos 90, com o alargamento da fonte de suprimentos, a empresa construiu duas Unidades de Reprocessamento (chamadas URP), com o objetivo de ajustar as fontes de suprimentos ao padrão adequado de qualidade de seus produtos, acrescentando 81.000 toneladas anuais em sua capacidade de produção.

Em março de 1992, a capacidade de Itaqui foi ampliada em 240.000 toneladas anuais, objetivando a participação da crescente expansão da produção de arroz na Argentina e da criação do Mercosul.

Com as unidades de Pelotas e Itaqui, a Josapar participa dos mercados em mais de 80% das regiões produtoras de arroz do Estado do Rio Grande do Sul.

Em 1998 a Companhia iniciou projeto de ampliação, modernização e implantação de novos complexos industriais em Pelotas e Itaqui, no Estado do Rio Grande do Sul, e em Jaboatão dos Guararapes, no Estado de Pernambuco, projetos integralmente conclusos ao final do ano 2000.

Neste mesmo ano entrou em operação a Unidade de Pernambuco, com capacidade para beneficiar 80 mil toneladas anuais de arroz com casca.

Entre 2005 e 2010, realizou investimentos de ampliação e atualização tecnológica na ordem de mais de R\$ 100 milhões, passando a ter capacidade de armazenamento estático de matéria-prima de 250.000 toneladas, representando mais de 5 milhões de sacos de arroz, e dando seqüência a premissa estratégica de possuir estruturas adequadas para oferecer o melhor arroz do Brasil a seus consumidores, através de 9 filiais comerciais (PR, SP, RJ, DF, MG, BA, CE, MA, PA) e mais de 80.000 pontos de venda em todo o território brasileiro.

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

Não se aplica à Companhia. Justificativa: Não houve.

6.6 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial

6.6. Indicar se houve pedido de falência, desde que fundado em valor relevante, ou de recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia, e o estado atual de tais pedidos

Não se aplica à Companhia. Justificativa: Não houve.

6.7 - Outras informações relevantes

6.7. Outras informações relevantes

Não se aplica à Companhia. Justificativa: A Administração da Cia. entende não haver qualquer informação adicional relevante a apresentar com relação a esse tópico, que influencie a tomada de decisão de investimento ou entendimento sobre as informações prestadas no Formulário.

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

7.1. Descrição sumária das atividades desenvolvidas pela Companhia e por suas controladas

Empresa de capital totalmente privado nacional, a Josapar é uma das maiores beneficiadoras de arroz do mundo e única empresa do setor com forte posição competitiva em todas as regiões do Brasil. Detentora da marca líder do segmento de arroz branco Premium do país – Tio João, há 30 anos líder de vendas e há 11 anos a marca mais lembrada em pesquisas de *Top Of Mind*.

Controla a Real Empreendimentos S/A, empresa que mantém interesse na área de comércio e administração de imóveis.

7.2. Segmentos operacionais

a) Produtos e serviços comercializados

A empresa controladora utiliza o porte e estrutura de distribuição e vendas para comercializar diversas marcas relacionadas na linha de arroz branco, arroz parboilizado e integral, farelo, farinha de arroz, linhas de facilitadores e semi-prontos – com maior valor agregado – Cozinha Fácil Tio João, Cozinha & Sabor, Variedades Mundiais, além de feijão em todas as suas variedades com a marca Biju. Desde a década de 80 possui uma unidade de fertilizantes, com a marca Organo NPK, fomentando os produtores e fornecedores de arroz da companhia, além de atender o segmento fumageiro do sul do Brasil. Desde o final da década de 90, iniciou a operação e comercialização de produtos a base de proteína isolada de soja, com a marca Suprasoy.

A controlada atua na comercialização de imóveis comerciais – vendas e locações, e na exploração de *shopping centers*.

b) Receita proveniente do segmento e sua participação na receita da Companhia

- Controladora:

Distribuição da receita por segmento - CONTROLADORA	2012	2011	2010
Arroz Branco	49%	51,6%	54,5%
Arroz Parboilizado	13%	12,5%	12,9%
Produtos Semi Prontos (arroz e divisão soja)	14%	15,2%	14%
Feijão	5%	3,9%	3,9%
Adubo	13%	11,1%	10,3%
Demais Produtos	6%	5,7%	4,4%
Total	100%	100%	100%

- Controlada: Não aplicável. Justificativa: atua em segmento específico de atuação.

c) Lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido da Companhia

Não aplicável à Companhia. Justificativa: a Administração da Companhia entende não ser relevante para avaliação e decisão de investimento na Organização a disponibilização de informações estratégicas de *performance* abertas por segmento de atuação.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

7.3. Características dos produtos e serviços da Companhia (Controladora)

a) Características do processo de produção

O mercado de arroz do Brasil está intimamente ligado com a produção da matéria-prima. Em termos quantitativos, comparando-se produção total e consumo total de arroz, poderia se dizer que o país é auto-suficiente. Porém, em termos qualitativos, onde segrega-se as culturas, observa-se que a produção da variedade mais consumida no mercado tem a classificação de agulhinha tipo 1, proveniente da cultura irrigada de produção de arroz.

No Estado do Rio Grande do Sul está concentrada aproximadamente 95% da produção desta classificação de arroz do Brasil, fato que explica a presença no estado das maiores indústrias brasileiras deste segmento.

O ano agrícola desta cultura tem início e fim do mês de Junho de cada ano. A preparação das lavouras e plantio, via de regra, ocorre nos meses de julho a novembro, o nascimento, floração e maturação nos meses de dezembro a fevereiro, e a colheita tem início em fevereiro e se estende, dependendo da região, até o mês de maio.

A Companhia não possui áreas de plantio nem atua como produtor primário nessa cadeia. Seu papel na produção está no fomento dos produtores parceiros e selecionados através de sua unidade de insumos agrícolas, que entrega fertilizantes de mais alta qualidade e oferece acompanhamento técnico das lavouras, garantindo dessa forma a qualidade nobre dos grãos que chegam à mesa do exigente consumidor brasileiro.

Nem todo o produtor detém infra-estrutura para secagem, classificação e armazenamento do arroz produzido. E nessa etapa, na colheita, que volta a aparecer a presença da indústria. A Companhia detém inúmeras unidades exclusivas para recebimento de arroz na colheita, além de suas próprias principais unidades industriais. Estão geograficamente localizadas nos grandes pólos produtores de arroz no Estado do Rio Grande do Sul, e recebem a maior concentração da matéria prima nos meses de colheita da safra.

A partir do recebimento, secagem, classificação e maturação do grão nas unidades da organização, sua origem, classificação e outros testes qualitativos ditarão quais linhas de produção terão pela frente, se processos de parboilização, ou linha de processamento de arroz branco. A compromisso da origem nobre e seleção qualitativa das variedades para garantir qualidade incontestável foi fator determinante para o significativo volume de investimento nesses setores de nossas unidades industriais dos últimos 6 anos.

As linhas de processamento da Josapar detêm o que há de mais moderno no mundo em níveis tecnológicos, o que garante, desde o início de suas atividades, a associação das marcas da empresa à vanguarda tecnológica no mercado de arroz.

A partir dessa etapa existe uma capilarização de tipos e processos em que a Companhia agrega valor a seus produtos, os adequando ao consumidor com uma ampla gama de linhas e marcas diferentes.

Processos de produção:

Beneficiamento de arroz branco: o processo produtivo consiste, em resumo, no recebimento e pré-limpeza do cereal, seguindo-se a secagem e o armazenamento, para posterior beneficiamento. O processo de beneficiamento em si, consiste em descascamento, polimento, separação, eletrônica, brilho e empacotamento;

Beneficiamento de arroz parboilizado: a parboilização é um processo de tratamento térmico dado ao grão do arroz em casca antes do beneficiamento e envolve seis estágios principais:

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

limpeza, encharcamento, autoclavagem, secagem, beneficiamento e empacotamento. O processo resulta numa menor perda dos elementos nutritivos do arroz;

Beneficiamento de feijão: o processo produtivo consiste, em resumo, no recebimento e pré-limpeza do cereal, seguindo-se a secagem e o armazenamento, para posterior beneficiamento. O processo de beneficiamento em si, consiste em: polimento, separação, eletrônica, brilhamento e empacotamento.

Processos de Industrialização:

Farinha de Arroz: a matéria-prima básica deste produto é o arroz quebrado, sendo que o processo retira deste arroz a totalidade das impurezas, por sistema físico e eletrônico, inclusive as impurezas leves. Seguem-se a moagem do grão, classificação granulométrica e o tratamento térmico necessário de inativação. A farinha de arroz pode ser utilizada para fins alimentares, (em molhos, sopas, recheios de tortas, papas infantis, etc.), como substituto da farinha de trigo convencional e, também, na atividade industrial, na siderurgia e outras.

Arroz parboilizado *Boil-in-bag*: produzido a partir da seleção diferenciada da matéria prima do arroz parboilizado, seu processo constitui, especialmente, além da parboilização própria para esta linha, do acondicionamento em pequenos saquinhos plásticos de 125 gr., para cozimento em imersão n'água fervente, que, por sua vez, integram em número de quatro saquinhos, a menor embalagem comercial do produto de 500 gr.

Cozinha Fácil Tio João: componente da linha facilitadores de cozinha, seu processo de produção consiste na mistura do arroz parboilizado com temperos, condimentos e outros cereais desidratados e o acondicionamento em pequenos saquinhos plásticos de 125 gr., para cozimento em imersão n'água fervente, que, por sua vez, integram em número de quatro saquinhos, a menor embalagem comercial do produto de 500 gr. É produzido em cinco variedades, à grega, com *funghi*, com *curry*, com ervas finas, e com brócolis.

Linha soja:

Alimentos em pó Supra-Soy: linha de bebidas a base da proteína isolada da soja, resultado de parceria com a The Solae Company, consiste na mistura das diferentes receitas e embalagem do pó (leite em pó) em latas e saches.

Cozinha e Sabor Tio João: seu processo produtivo consiste na mistura de tipos especiais de arroz com temperos e condimentos e componentes de cozinhas típicas como o charque para o arroz de carreteiro, a galinha para o arroz com galinha, e queijos para os risotos.

Variedades Mundiais Tio João: o processo produtivo é o mesmo do arroz branco, utilizando quatro tipos diferentes de arroz como matéria prima, o arroz arbório, o sasanishiki, o jasmini e o selvagem. Em embalagens práticas e sofisticadas, destina-se a segmentos de mercado de alta gastronomia.

Arroz Tio João Integral: no processamento apenas a casca externa é retirada, mantendo assim as qualidades nutricionais e o alto teor de fibras e proteínas do grão.

Arroz Tio João Integral Orgânico: é produzido sem agrotóxicos ou produtos químicos. No processamento apenas a casca externa é retirada, mantendo assim as qualidades nutricionais e o alto teor de fibras e proteínas do grão.

Arroz tio João + Vita: o Arroz Tio João + Vita é um produto *premium*, sem similar no mercado. Ele é um produto enriquecido com vitaminas A, B1, PP, B9, Ferro e Zinco, e fonte de vitamina B12.

Tio João 7 Cereais e Tio João 7 Cereais + Soja: é a mistura de arroz integral, aveia integral, cevada integral, trigo, centeio, triticale, arroz selvagem e no segunda produto, mais nutrientes da soja.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Adubo Químico: a empresa promove a aquisição dos componentes tradicionais de adubos (fosfato e derivados, nitrato de amônio e cloreto de potássio), e desenvolve as misturas necessárias para cada formulação específica.

Adubo Organo-Mineral: o produto é constituído de 50% de matéria-prima orgânica, (turfa e linhito) e, 50% de matéria-prima mineral, componentes dos adubos químicos. Seu processo físico e químico resulta em fertilizantes na forma de grânulos, com firme consistência e tamanho uniforme.

b) Características do processo de distribuição

A empresa atua com representantes e filiais comerciais espalhadas por todo o país, com estrutura de atendimento capilarizada em mais de 80.000 pontos de venda.

A distribuição logística das mercadorias é totalmente terceirizada, e em função da amplitude geográfica é composta pelos mais diferentes modais de transporte, rodoviários, ferroviários e marítimos.

c) Características dos mercados de atuação

i) Participação em cada mercado

A organização é líder de mercado no segmento de arroz branco no país com a marca Tio João. Possui participação de destaque relevante nos demais segmentos e linhas de atuação.

ii) Condições de competição em cada um dos mercados

A Companhia está inserida em mercado extremamente pulverizado em termos quantitativos de marcas, porém seus produtos têm foco de atuação e presença de destaque por diferenciação qualitativa. Como natural de um contexto com essa característica, a organização também possui marcas de muita qualidade com preços também competitivos para garantir a escala de processamento necessária a diluir seus custos fixos.

O mercado competitivo é sensível a variação de preços da matéria prima, e movimentos da renda da população, que desloca o volume de consumo de marcas e linhas de maior ou menor valor agregado e margem.

d) Eventual sazonalidade

O nível de demanda aos produtos da Companhia não sofre influência de sazonalidade. Efeito sazonal na condução de seus negócios pode ser observado pelo nível de oferta da principal matéria prima – arroz em casca – nos meses de safra.

e) Principais insumos e matérias primas

i) Relações mantidas com os fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável

A Josapar mantém um excelente relacionamento com seus fornecedores, parceiros comerciais para o atendimento pleno das necessidades dos consumidores da companhia, e não há nessa relação controle ou regulamentação governamental que não o respeito e obediência às normas fiscais e tributárias das unidades da federação e do país.

ii) Eventual dependência de poucos fornecedores

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Conforme já abordado anteriormente, a Companhia dispõe de um número extremamente pulverizado de fornecedores, com exceção à linha de soja, onde por opção e entendimento comercial a empresa adquire matéria prima de um único fornecedor.

iii) Eventual volatilidade de seus preços

Como a maior escala e representatividade de vendas da organização referem-se a uma *commodity*, existe a volatilidade de preços correlacionada diretamente à flutuação do preço das matérias primas. Demais movimentos de preços naturais de uma empresa atuando em economia aberta e de livre concorrência.

7.4. Identificar se há clientes que sejam responsáveis por mais de 10% da receita líquida total da Companhia no último exercício social, informando:

- a) Montante total de receitas provenientes do cliente
- b) Segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

Não aplicável à Companhia. Justificativa: não há nos últimos 3 exercícios sociais cliente que, individualmente represente mais do que 10% da receita líquida da empresa.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

7.5. Descrever os efeitos relevantes da regulação estatal sobre as atividades da Companhia

Não aplicável à Companhia. Justificativa: não há qualquer regulação estatal vinculada as atividades da Companhia.

7.6. Em relação aos países dos quais a Companhia obtém receitas relevantes

Não aplicável à Companhia. Justificativa: a receita de vendas externas da Companhia é inferior a 10%.

7.7. Em relação aos países estrangeiros divulgados no item 7.6. informar em que medida a Companhia está sujeita a regulação desses países e de que modo tal sujeição afeta nos negócios

Não aplicável à Companhia. Justificativa: a receita de vendas externas da Companhia é inferior a 10%.

7.8. Descrever as relações de longo prazo relevantes da Companhia que não figurem em outra parte deste formulário

Não aplicável à Companhia. Justificativa: não há qualquer relação relevante de longo prazo que influencie a tomada de decisão de investimento ou entendimento sobre as informações prestadas no Formulário.

Relate ou explique – Relatórios de Sustentabilidade: A Companhia informa que não emite tais relatórios por deter todas as licenças sócio ambientais atualizadas exigidas para a sua atividade.

7.9 - Outras informações relevantes

7.9. Outras informações relevantes

Não aplicável à Companhia. Justificativa: A Administração da Companhia entende ter descrito nesse item todas as informações relevantes sobre esse item que influencie a tomada de decisão de investimento ou entendimento sobre as informações prestadas no Formulário.

8.1 - Descrição do Grupo Econômico

8.1. Descrição do grupo econômico em que se insere a Companhia

a) Controladores diretos e indiretos

Peroli S/A Participações, controle direto, pessoa jurídica detentora de 6.161.976 ações ordinárias da Companhia, o que representa 58,96% do total das ações com direito a voto, e 58,23% da totalidade das ações da organização.

b) Controladas e coligadas

Conforme já informado, a Companhia possui uma controlada chamada Real Empreendimentos, que atua na área de comércio e administração de imóveis, com participação de 54,71%, e uma *offshore*, denominada Josapar International, criada em 1997 com a finalidade de captar investimentos estrangeiros e sem operação desde 1999.

c) Participações da Companhia em sociedades do Grupo

Não aplicável à Companhia. Justificativa: respondida no item 8.1 b.

d) Participações de sociedades do Grupo na Companhia

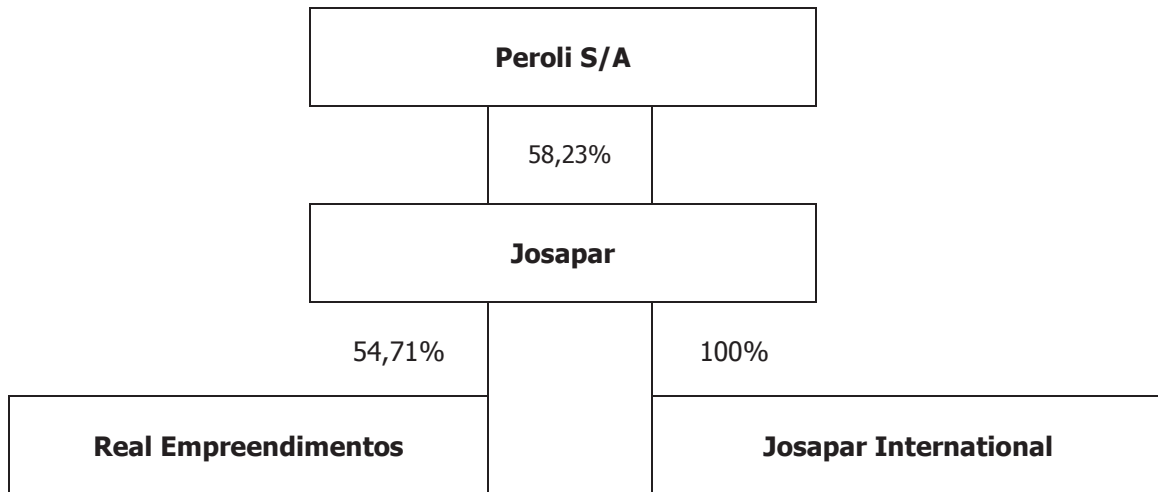
Não aplicável à Companhia. Justificativa: respondida no item 15.

e) Sociedades sob controle comum

Não aplicável à Companhia. Justificativa: respondida no item 15.

8.2 - Organograma do Grupo Econômico

8.2. Organograma do Grupo econômico



8.3 - Operações de reestruturação

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Respondido pelo item 6.5

8.4 - Outras informações relevantes

8.4. Outras informações relevantes

Não aplicável à Companhia. Justificativa: A Administração da Companhia entende ter descrito nesse item todas as informações relevantes sobre esse item que influencie a tomada de decisão de investimento ou entendimento sobre as informações prestadas no Formulário.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros**9.1. Descrição dos bens do ativo não-circulante relevante para o desenvolvimento das atividades da Companhia no último exercício social****Quadro dos ativos mais relevantes**

Ativos relevantes – Controladora	% de relevância
Unidade Fabril Vila Princesa – Pelotas – RS	37%
Unidade Fabril Itaqui – Itaqui – RS	30%
Unidade Química – Pelotas – RS	11%
Unidade de Santa Vitória do Palmar - Santa Vitória do Palmar – RS	4%
Unidade Centro – Pelotas – RS	7%
Unidade Exportação – Pelotas – RS	3%
Unidade URP - Pelotas – RS	5%
Demais Unidades	3%

Ativos relevantes – Controlada	% de relevância
Monet Plaza Shopping – Santa Maria – RS	12%
Loja Jose de Alencar – Porto Alegre – RS	9%
Loja Teresópolis – Porto Alegre – RS	7%
Loja BIG Rio Grande – RS	6%
Loja Big Novo Hamburgo – RS	9%
Zona Sul Strip Center – Porto Alegre – RS	5%
24 de Outubro – Porto Alegre – RS	8%
Demais Unidades	44%

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	Pais de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Unidade Fabril Vila Princesa – Pelotas – RS	Brasil	RS	Pelotas	Própria
Unidade Fabril Itaquí – Itaquí – RS	Brasil	RS	Itaquí	Própria
Unidade Química – Pelotas – RS	Brasil	RS	Pelotas	Própria
Unidade de Santa Vitória do Palmar - Santa Vitória do Palmar – RS	Brasil	RS	Santa Vitória do Palmar	Própria
Unidade Centro – Pelotas – RS	Brasil	RS	Pelotas	Própria
Unidade Exportação – Pelotas – RS	Brasil	RS	Pelotas	Própria
Unidade URP - Pelotas – RS	Brasil	RS	Pelotas	Própria

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	BELEZA	BRASIL	INDETERMINADA	NÃO HÁ	NÃO HÁ
Marcas	TIO JOÃO	BRASIL	INDETERMINADA	NÃO HÁ	NÃO HÁ
Marcas	TIO MINGOTE	BRASIL	INDETERMINADA	NÃO HÁ	NÃO HÁ
Marcas	BIJU	BRASIL	INDETERMINADA	NÃO HÁ	NÃO HÁ
Marcas	NUMERO 1 ORGANO NPK	BRASIL	INDETERMINADA	NÃO HÁ	NÃO HÁ
Marcas	IMPACTO	BRASIL	INDETERMINADA	NÃO HÁ	NÃO HÁ
Marcas	SUPRARROZ	BRASIL	INDETERMINADA	NÃO HÁ	NÃO HÁ
Marcas	SUPRAFERTIL	BRASIL	INDETERMINADA	NÃO HÁ	NÃO HÁ
Marcas	EXTRA	BRASIL	INDETERMINADA	NÃO HÁ	NÃO HÁ
Marcas	BATACLAN	BRASIL	INDETERMINADA	NÃO HÁ	NÃO HÁ
Marcas	PUPPY	BRASIL	INDETERMINADA	NÃO HÁ	NÃO HÁ
Marcas	SUPREMO	BRASIL	INDETERMINADA	NÃO HÁ	NÃO HÁ
Marcas	NO PONTO SUPRARROZ	BRASIL	INDETERMINADA	NÃO HÁ	NÃO HÁ
Marcas	CREMOSITO	BRASIL	INDETERMINADA	NÃO HÁ	NÃO HÁ
Marcas	COZINHA FÁCIL TIO JOÃO	BRASIL	INDETERMINADA	NÃO HÁ	NÃO HÁ
Marcas	CAIAQUE	BRASIL	INDETERMINADA	NÃO HÁ	NÃO HÁ
Marcas	AMITEC	BRASIL	INDETERMINADA	NÃO HÁ	NÃO HÁ
Marcas	PIACH	BRASIL	INDETERMINADA	NÃO HÁ	NÃO HÁ
Marcas	AMARELITO	BRASIL	INDETERMINADA	NÃO HÁ	NÃO HÁ
Marcas	AMARELINHO	BRASIL	INDETERMINADA	NÃO HÁ	NÃO HÁ
Marcas	COZINHA VIVA	BRASIL	INDETERMINADA	NÃO HÁ	NÃO HÁ

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	PEDRINHO	BRASIL	INDETERMINADA	NÃO HÁ	NÃO HÁ
Marcas	CLÁSSICA	BRASIL	INDETERMINADA	NÃO HÁ	NÃO HÁ
Marcas	MAESTRA	BRASIL	INDETERMINADA	NÃO HÁ	NÃO HÁ
Marcas	SUPRA	BRASIL	INDETERMINADA	NÃO HÁ	NÃO HÁ
Marcas	NIKKOH	BRASIL	INDETERMINADA	NÃO HÁ	NÃO HÁ
Marcas	BIJU PRONTISSIMO	BRASIL	INDETERMINADA	NÃO HÁ	NÃO HÁ
Marcas	KOSHIHIKARI	BRASIL	INDETERMINADA	NÃO HÁ	NÃO HÁ
Marcas	OSASANISHIKI	BRASIL	INDETERMINADA	NÃO HÁ	NÃO HÁ
Marcas	JOSAPAR SUPRA	BRASIL	INDETERMINADA	NÃO HÁ	NÃO HÁ
Marcas	SUPRA SOY	BRASIL	INDETERMINADA	NÃO HÁ	NÃO HÁ
Marcas	SOY PLUS	BRASIL	INDETERMINADA	NÃO HÁ	NÃO HÁ
Marcas	SUBSTRATO AGRÍCOLA	BRASIL	INDETERMINADA	NÃO HÁ	NÃO HÁ
Marcas	ARROZ NO PONTO	BRASIL	INDETERMINADA	NÃO HÁ	NÃO HÁ
Marcas	CONFIGURACAO APLIC	BRASIL	INDETERMINADA	NÃO HÁ	NÃO HÁ
Marcas	ESPOSITOR / ALIMENTOS	BRASIL	INDETERMINADA	NÃO HÁ	NÃO HÁ
Marcas	COZINHA & SABOR TIO JOAO	BRASIL	INDETERMINADA	NÃO HÁ	NÃO HÁ
Patentes	SUBSTANCIA HUMICA	BRASIL	INDETERMINADA	NÃO HÁ	NÃO HÁ
Marcas	FORTYCAT	BRASIL	INDETERMINADA	NÃO HÁ	NÃO HÁ
Marcas	FORTYDOG	BRASIL	INDETERMINADA	NÃO HÁ	NÃO HÁ
Marcas	FRENZY	BRASIL	INDETERMINADA	NÃO HÁ	NÃO HÁ

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	SUPRA MILK	BRASIL	INDETERMINADA	NÃO HÁ	NÃO HÁ
Marcas	TIO JOAO ORGANICO	BRASIL	INDETERMINADA	NÃO HÁ	NÃO HÁ
Marcas	TIO JOAO VITA	BRASIL	INDETERMINADA	NÃO HÁ	NÃO HÁ
Marcas	VARIEDADES MUNDIAIS TIO JOÃO ARROZ SELVAGEM	BRASIL	INDETERMINADA	NÃO HÁ	NÃO HÁ

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	Pais sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			
Josapar Internacional	00.000.000/0000-00	-	Controlada	Ilhas Cayman		George Town	Operação offshore criada em 1997 com a finalidade de captar investimentos estrangeiros – tendo preparado e formalizado um Programa de Euro Commercial Paper em 1997, onde a garantidora era Josapar. Programa totalmente liquidado em 1999, empresa sem qualquer movimentação ou operação desde aquele ano.	100,000000
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Origem específica na operação de captação de recursos no mercado internacional, já detalhada em itens anteriores.								
Real Empreendimentos S/A	92.213.552/0001-04	-	Controlada	Brasil	RS	Porto Alegre	Tem origem na organização patrimonial dos imóveis da Família Oliveira, atua na área de comércio e administração de imóveis e na exploração de shopping centers. Possui um shopping Center em Santa Maria – RS, denominado Monet Plaza Shopping, uma estrutura de lojas satélites a uma operação de varejo em Porto Alegre, denominada Zona Sul Strip Center, e desde a alienação da operação de supermercados por parte do Grupo Josapar ao o Grupo Português Sonae em 1997, passou a deter um contrato de locação de 13 das principais operações para o grupo varejista, contrato este hoje vigente com o sucessor do Sonae, WMS Supermercados Sul Ltda (Walmart).	54,750000
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Origem na organização dos imóveis da Família Oliveira, os acionistas da Companhia, e em função da rentabilidade e gestão enxuta e eficiente da controlada o investimento rende dividendos compatíveis com a participação.								
31/12/2012	0,000000	0,000000		0,00	Valor contábil	31/12/2012	125.000,00	
31/12/2011	0,000000	0,000000		0,00				
31/12/2010	0,000000	0,000000		0,00				
Valor mercado								
31/12/2012	2,720000	0,000000		4.000.000,00	Valor contábil	31/12/2012	138.561.000,00	
31/12/2011	0,000000	0,000000		4.000.000,00				
31/12/2010	0,150000	0,000000		2.188.000,00				
Valor mercado								

9.2 - Out



vantes

JOSAPAR-JOAQUIM OLIVEIRA S/A PARTICIPAÇÕES

Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 87.456.562/0001-22
NIRE 43.300.009.882

FATO RELEVANTE

Em cumprimento ao disposto no artigo 157, §4º, da Lei 6.404/76, conforme alterada, bem como da Instrução CVM nº 358/02, conforme alterada, **JOSAPAR-JOAQUIM OLIVEIRA S/A PARTICIPAÇÕES** ("Companhia"), vem informar ao mercado que a sociedade **REAL EMPREENDIMENTOS S/A** ("**Real Empreendimentos**"), empresa com sede na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, na Avenida Carlos Gomes, 651, 5º andar, inscrita no CNPJ sob nº 92.213.552/0001-04, controlada da Companhia, passou a deter, na presente data, uma participação societária equivalente a 49,6745% do capital social da sociedade **SHOPPING JOÃO PESSOA S/A** ("**Shopping João Pessoa**"), empresa com sede na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, na Av. João Pessoa, 1831, inscrita no CNPJ sob nº 92.889.724/0001-56. O controle e gestão do **Shopping João Pessoa** passa a ser, a partir da presente data, compartilhado entre a Real Empreendimentos e a sociedade **SVB PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA.**, empresa com sede na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, na Av. Nilo Peçanha, 2825/1401, inscrita no CNPJ sob nº 91.992.807/0001-37, detentora de idêntica participação societária no empreendimento.

Porto Alegre, 11 de outubro de 2012.

JOSAPAR-JOAQUIM OLIVEIRA S/A PARTICIPAÇÕES

AUGUSTO LAURO DE OLIVEIRA JUNIOR
Diretor de Relações com Investidores

10.1 Os diretores devem comentar sobre:**(a) Condições financeiras e patrimoniais gerais:**

O cenário macroeconômico de 2012 seguiu marcado pela crise europeia e seus impactos globais. O PIB mundial registrou um crescimento de 3,2% mais uma vez alavancado pelo PIB Chinês, de 7,8%. Os EUA – outro grande motor da economia global – começou a dar sinais de recuperação econômica, com PIB de 2,2%, enquanto de parte dos emergentes o Brasil teve, de longe, o pior desempenho econômico com módicos 0,9% no ano, contra 5% da Índia e 3,4% da Rússia.

A política econômica brasileira segue pagando um alto preço pela ausência de investimentos passados em infraestrutura, administrando a economia com base no trinômio inflação, taxa de juros e taxa de câmbio sempre com a expectativa de potencializar o nível de confiança da indústria, porém sem realizar os ajustes necessários na carga tributária.

A queda de mais de 25% da SELIC média de 2012, de 8,64%aa contra 11,75%aa em 2011 e a prorrogação de programas de investimentos do BNDES com taxas atrativas não foram suficientes para alavancar o desempenho da atividade econômica, assim como a taxa de câmbio média de R\$ 1,96 – 17% maior do que a taxa média de 2011 (R\$ 1,67) não foi suficiente para incrementar as exportações no mesmo volume que as importações; e o temor de nova pressão inflacionária já faz com que o governo sinalize aumento na taxa de juros no curto e médio prazo.

Em relação à Safra de Arroz no Brasil os preços da matéria prima foram impactados pela redução da produção em relação à anterior, o que fez com que o preço do arroz em casca tenha sido em 2012 38% superior em relação a 2011. As variações de preço da matéria prima do arroz estão diretamente vinculadas ao faturamento bruto da Companhia.

Mesmo em cenário de preços elevados, de indicadores de inflação impactando preços de outros insumos e serviços, a JOSAPAR, demonstrando proatividade e eficiência, continua expandindo seu volume físico de vendas. As ações de gestão seguem continuamente permitindo a expansão do resultado líquido da Companhia.

- O faturamento bruto foi de R\$ 1,034 bilhão na controladora e 1,057 bilhão no consolidado, apresentando crescimento de 25%.

- O lucro bruto foi de R\$ 265 milhões na controladora e R\$ 285 milhões no consolidado, incremento de mais de 20%.

- O EBITDA foi R\$ 85 milhões na controladora e R\$ 94 milhões no consolidado, maiores em 31% e 25% respectivamente.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

- O lucro líquido foi de R\$ 33,6 milhões na controladora e no consolidado, 80% maior.
- O saldo de disponibilidades é de R\$ 168 milhões na controladora e R\$ 193 milhões no consolidado.
- O endividamento financeiro líquido (dívida financeira líquida) foi de R\$ 296 milhões na controladora e R\$ 273 milhões no consolidado.

(b) Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações.

- A estrutura de capital, mensurado principalmente em relação a dívida financeira líquida e EBITDA, estão compatíveis ao nosso giro operacional e capacidade de pagamento.

- Resgate de ações, não se aplica a companhia.

(c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros

A JOSAPAR é uma empresa sólida e cumpridora de todos os seus compromissos e goza de um excelente relacionamento com seus fornecedores e instituições financeiras.

O fluxo de caixa operacional da companhia bem como os recursos disponíveis, é adequado para fazer frente aos compromissos financeiros de curto e longo prazo.

(d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizados pela companhia.

Os investimentos em ativos não circulantes da companhia são realizados através de financiamentos específicos de longo prazo. Para o capital de giro a companhia privilegia os recursos próprios e com o monitoramento constante do mercado em busca de financiamentos vantajosos do ponto de vista de custo de oportunidade e prazo de vencimento, com relação ao caixa disponível.

(e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiência de liquidez.

Vide resposta da letra (d).

(f) Níveis de endividamento e financiamentos relevantes / (i) Contratos de empréstimos e financiamentos relevantes

Quadro dos financiamentos existentes em 31/12/2012

PASSIVO CIRCULANTE	Controladora		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Moeda interna				

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Financiamento para investimentos	8.164	9.931	8.440	10.103
Crédito Rural-EGF	40.768	29.014	40.768	29.014
Capital de giro	122.362	154.701	122.362	154.701
Arrendamento mercantil	74	-	205	128
Total	171.368	193.646	171.775	193.946
Moeda estrangeira				
Financiamento para investimentos	9.609	8.194	9.609	8.194
Capital de Giro-FINIMP	16.158	22.250	16.158	22.250
Total	25.767	30.444	25.767	30.444
TOTAL CIRCULANTE	197.135	224.090	197.542	224.390
PASSIVO NÃO CIRCULANTE				
Moeda interna				
Financiamento para investimentos	27.759	25.607	28.046	25.722
Capital de giro	237.359	94.227	237.359	94.227
Arrendamento mercantil	92	-	249	277
Total	265.210	119.834	265.654	120.226
Moeda estrangeira				
Financiamento para investimentos	2.044	-	2.044	-
Total	2.044	-	2.044	-
TOTAL NÃO CIRCULANTE	267.254	119.834	267.698	120.226

Vencimentos de longo prazo	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
2013	-	71.372	-	71.615
2014	162.771	26.783	163.072	26.910
2015	71.330	16.675	71.473	16.697
2016	17.321	3.965	17.321	3.965
2017	10.876	287	10.876	287
2018	2.063	287	2.063	287
2019	1.089	287	1.089	287
2020	902	89	902	89
2021	902	89	902	89
Total	267.254	119.834	267.698	120.226

Indexador

Investimentos em moeda nacional	pré-fixado	8,21% a.a
Investimentos em moeda nacional	TJLP	3,32% a.a
Investimentos em moeda nacional	Taxa referencial IPCA	1,32% a.a
Investimentos em moeda nacional	UMBNDDES	3,80% a.a
Investimentos em moeda estrangeira	VC US\$ + Libor	4,25% a.a
Capital de Giro-FINIMP	VC US\$	3,09% a.a
Crédito Rural-EGF - recursos obrigatórios	pré-fixado	5,50% a.a
Capital de Giro	CDI	1,30% a.a

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Empréstimos nacionais: Os financiamentos de investimentos são atualizados de acordo com a variação da TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo e UMIPCA - Unidade Monetária do IPCA – BNDES, acrescidas do spread bancário e em taxa pré fixada de 4,5% a.a e 8,70% a.a Os financiamentos de capital de giro são atualizados pela variação do CDI - Certificado de Depósito Interbancário acrescido do spread bancário. Os financiamentos em linhas de crédito rural são contratados a taxa pré-fixada de 5,5%a.a. As garantias oferecidas incluem alienação fiduciária, aval, bens do ativo imobilizado de sua controlada, Real Empreendimentos S.A. e penhor mercantil de estoques para as operações de Crédito Rural.

A companhia possui parte de seu capital de giro contratado em linhas das Resoluções 2.770 e 4.131. Na sua origem estas linhas possuem lastro em moeda estrangeira (Dólar) e desde sua contratação foram convertidas para a variação do CDI – Certificado de Depósito Interbancário.

Empréstimos no exterior: Os financiamentos de importação no Passivo Circulante equivalem a US\$ 7.907 mil, aos quais incidem encargos equivalentes à variação cambial do dólar norte americano e spread bancário.

Em Janeiro de 2013 houve consenso entre a Companhia e a IFC quanto à disputa judicial até então vigente. O valor acordado – integralmente provisionado e equivalente a R\$11.653 em 31.12.2012, será pago em quatro parcelas semestrais a partir de Janeiro de 2013, com encargos de Libor + 4,25% aa. .Deste montante, R\$9.609 compõem o passivo circulante e R\$2.044 o passivo não circulante.

(ii) Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Não se aplica a companhia.

(iii) Grau de subordinação entre as dívidas

Não se aplica a companhia.

(iv) Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e á alienação de controle societário.

Não se aplica a companhia.

(g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados

A JOSAPAR possui limites de financiamentos aprovados com diversas instituições financeiras, os quais se encontram parcialmente utilizados.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

(h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

As alterações mais significativas comparadas às demonstrações financeiras de 2012 com 2011 foram o aumento do saldo das contas de Disponibilidades, Clientes e Estoques, aplicações estas devidamente financiadas por capital próprio e pela captação de recursos de Longo Prazo, seguindo a gestão estratégica do capital de giro da Companhia. Essas alterações vêm de encontro ao processo contínuo de reforço de qualidade dos produtos da empresa.

10.2 Os diretores devem comentar sobre:**(a) Resultados das operações do emissor, em especial:****(i) Descrição de quaisquer componentes importantes da receita:**

- O faturamento da companhia está distribuído entre diversos produtos. Sua composição por linha de produtos foi:

	2012
Arroz Branco	49%
Arroz Parboilizado	13%
Produtos valor agregado	14%
Feijão	5%
Adubo	13%
Demais Produtos	6%
Total	100%

(ii) Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Os fatores que impactam diretamente na variação das receitas são o volume e preço das mercadorias vendidas, principalmente em relação ao preço da matéria da prima do arroz.

(b) Variações das receitas atribuíveis a modificação de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introduções de novos produtos e serviços

O aumento do faturamento bruto (R\$ 1,034 bilhão em 2012 contra R\$ 824 milhões em 2011) é atribuído a melhor composição de vendas físicas e nível de preços da matéria prima.

(c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

O reflexo da inflação está diretamente relacionado aos custos e despesas (ex. energia, embalagens, mão de obra, prestação de serviços), e diante do cenário atual que apresenta pressões inflacionárias contínuas o objetivo dos gestores está em proteger ao máximo a margem da Companhia perante esse efeito.

10.3 Diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

(a) Introdução ou alienação de segmento operacional

Não se aplica a companhia.

(b) Constituição, aquisição ou alienação da participação societária

A controlada Real Empreendimentos S/A, em 12 de outubro de 2012, passou a deter participação societária equivalente a 49,6745% do capital social da sociedade SHOPPING JOÃO PESSOA S/A ("Shopping João Pessoa"), empresa com sede na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, na Av. João Pessoa, 1831, inscrita no CNPJ sob nº 92.889.724/0001-56. Tal fato fora devidamente comunicado ao mercado através de Fato Relevante.

(c) Eventos ou operações não usuais

Não se aplica a companhia.

10.4 Os diretores devem comentar:

(a) Mudanças significativas nas práticas contábeis

Não se aplica a companhia.

(b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não se aplica a companhia.

(c) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Ênfase: "Conforme descrito nas notas explicativas 2 e 3, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Josapar – Joaquim Oliveira S/A Participações, essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo; e pela opção pela manutenção do saldo de ativo diferido, existente em 31 de dezembro de 2008, que vem sendo amortizado."

10.5 Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros

- Estimativas: A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis requer que a Administração faça estimativa e suposições que afetam os valores apresentados nas demonstrações financeiras e nas notas explicativas. Os resultados efetivos destas estimativas poderão ser diferentes de tais estimativas. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem, entre outros, o valor residual do ativo imobilizado, ativo intangível, provisão para crédito de liquidação duvidosa, provisão para desvalorização de estoques, imposto de renda diferido ativo e passivo, provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Companhia e suas controladas revisam as estimativas e as premissas pelo menos trimestralmente.

- Provisão para Contingências: A Companhia possui ações judiciais e administrativas de natureza trabalhista, cível e tributária decorrentes das atividades normais de seus negócios. A Companhia constitui provisão integral para perdas com causas estimadas pelos seus consultores jurídicos como de perda provável.

- Resultado: As receitas e despesas estão registradas em obediência ao regime contábil de competência. As receitas provenientes da venda de bens são reconhecidas quando ocorre a transferência dos riscos e benefícios significativos da propriedade das mercadorias ao comprador e é provável que se receba o previamente acordado mediante pagamento. Estes critérios são considerados cumpridos quando as mercadorias são entregues ao comprador.

- Instrumentos financeiros: Os instrumentos financeiros existentes estão registrados pelos seus valores de realização e liquidação, valorizados conforme descrito nas notas explicativas números 3, 4 e 11 das demonstrações contábeis da companhia.

Instrumentos Financeiros derivativos

A Companhia tem como regra geral a não contratação de linhas de crédito em moeda estrangeira, de forma a não ficar sujeita ao risco de flutuação do mercado de câmbio, financiando majoritariamente sua operação por linhas de

10.5 - Políticas contábeis críticas

crédito em moeda nacional, taxas pré-fixadas ou pós-fixadas por indexadores brasileiros (CDI e TJLP) mais spread bancário.

Frente à oportunidade de financiamento com menores custos de captação mediante repasse de recursos externos por instituições financeiras brasileiras, a Companhia contratou alguns financiamentos em moeda estrangeira regulados pela Resolução 2.770/00 do Banco Central do Brasil e pela Lei 4.131/62. Em linha com sua política interna todos esses empréstimos foram objeto de contratos de swap e convertidos em moeda corrente nacionais remunerados a taxa de juros baseadas na variação do CDI de forma imediata e simultânea a cada contratação.

Esses contratos de swap têm a finalidade de proteção patrimonial, não objetivam ganho ou perda pela variação do mercado cambial e são utilizados como ferramenta de gerenciamento de riscos, permitindo que a Companhia permaneça limitada ao risco definido por sua política interna, a taxa de juros brasileira.

O efeito da realização dos contratos de swap e dos contratos em moeda estrangeira é nulo, uma vez que protegem integralmente a variação cambial no decorrer de suas respectivas vigências.

Linha	Contratação	Valor	custo		Indexador	31.12.2012	Vencimento	
1	2770	30.11.2012	R\$1.360	1,75%	Passivo	CDI	R\$1.377	25.04.2014
	Swap	30.11.2012	USD 670	1,85%	Ativo	US\$		
2	4131	22.09.2011	R\$10.960	123,50%	Passivo	US\$	R\$12.625	16.09.2013
	Swap	22.09.2011	USD 5.850	3,20%	Ativo	CDI		
3	4131	21.12.2012	R\$15.000	1,99%	Passivo	CDI	R\$15.028	18.12.2014
	Swap	21.12.2012	USD 7.218	2,77%	Ativo	US\$		
							R\$ 29.030	

Análises de sensibilidade da Companhia perante ao risco assumido pelas políticas internas - taxa de juros brasileira.

Quadro demonstrativo de Análise de sensibilidade base 31.12.2012 em R\$ mil:

Risco: alta do CDI CDI Dez/2012: 7,25% a.a

Efeito simulado até a data de vencimento de cada contrato.

Data base	Valor	spread	index	vencimento	Cenários		
					Provável (I)	Cenário (II)	Cenário (III)
					manutenção 7,25% CDI aa	> 25% 9,06% CDI aa	> 50% 10,88% CDI aa
						R\$	
31.12.2012	R\$1.378	1,75%	CDI	25.04.2014	R\$ 1.548	1.583	R\$ 1.618
31.12.2012	R\$12.625	123,50%	CDI	16.09.2013	R\$13.428	R\$13.626	R\$13.823
31.12.2012	R\$15.028	1,99%	CDI	18.12.2014	R\$17.967	R\$18.577	R\$19.197
31.12.2012	R\$29.030	diversos	CDI	diversos	R\$32.943	R\$33.786	R\$34.638

10.5 - Políticas contábeis críticas

Efeito aumento CDI até o vencimento de cada contrato	R\$	0	R\$	843	R\$	1.695
--	-----	---	-----	-----	-----	-------

* O critério utilizado para as variações atribuídas aos cenários II e III segue a recomendação do Art. 3º § 2º. da Instrução CVM 475/08.

** Os efeitos relacionados acima majoram diretamente as despesas financeiras, reduzindo, após o cômputo dos efeitos fiscais aplicáveis, o resultado e na sequência a conta de lucros acumulados.

- Planos de Pensão: Não se aplica a companhia.
- Ajuste de conversão a moeda estrangeira: Não se aplica a companhia.
- Custo de recuperação ambiental: Não se aplica a companhia.

10.6 Com relação aos controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, os diretores devem comentar:

(a) Grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

O Grau de eficiência dos controles internos da companhia é adequado. São realizados inventários de estoques no decorrer do exercício. São revisadas as permissões de acessos dos usuários nos sistemas da companhia. Existe um sistema de monitoramento por câmeras nas áreas estratégicas da companhia. Todos os controles internos são testados sistematicamente pelos auditores.

(b) Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

Não existem deficiências e recomendações relevantes relatadas pelo auditor que possa prejudicar a análise das demonstrações contábeis.

10.7 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios

10.7 Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, os diretores devem comentar:

Não se aplica a companhia, pois não ocorreu tal evento.

10.8 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

10.8 Os diretores devem indicar e comentar os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

Não há itens relevantes não evidenciados nas Demonstrações Financeiras.

10.9 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

10.9 Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8, os diretores devem comentar:

Conforme declarado no item anterior, não há itens relevantes não evidenciados nas Demonstrações Financeiras.

10.10 Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

(a) Investimentos, incluindo:

(ii) Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Foram realizados investimentos em ativos imobilizados de R\$ 23,2 milhões com vistas à ampliação da capacidade de armazenagem, secagem e beneficiamento. Os investimentos futuros da companhia continuarão a ser destinados para o processo de expansão e renovação dos equipamentos.

(ii) Fontes de financiamento dos investimentos

As fontes de financiamentos para os investimentos realizados foram obtidas através de financiamentos utilizando linhas dos BNDES em operações indiretas e com a geração de caixa operacional da companhia.

(iii) Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não se aplica a companhia.

(b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não se aplica a companhia.

(c) Novos produtos e serviços, indicando:

(i) Descrição das pesquisas em andamento:

Não se aplica a companhia.

(ii) Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços:

Não se aplica a companhia

(iii) Projetos em andamento já divulgados:

Não se aplica a companhia

(iv) Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços:

10.10 - Plano de negócios

Não se aplica a companhia

10.11 - Outros fatores com influência relevante

10.11 Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção:

Não se aplica a companhia, pois todos os fatores de influência relevante sobre o desempenho operacional foram abordados nesta seção.

11.1 - Projeções divulgadas e premissas

11. Projeções

Não aplicável à Companhia. Justificativa: a organização não divulga ou publica projeções de suas operações.

11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas

11. Projeções

Não aplicável à Companhia. Justificativa: a organização não divulga ou publica projeções de suas operações.

12.1. Descrição da estrutura administrativa da Companhia, conforme seu Estatuto Social**a) Atribuições de cada órgão e comitê****Conselho de administração**

Cabe ao Conselho de Administração:

- a) Fixar a orientação geral dos negócios da Companhia, examinar e manifestar-se sobre planos, projetos e diretrizes econômico-financeiras, industriais e comerciais;
- b) Fiscalizar a gestão dos diretores e examinar, a qualquer tempo, livros e papéis da Companhia e solicitar informações sobre quaisquer operações, contratadas ou em contratação;
- c) Analisar e autorizar planos de investimentos e desmobilizações, inclusive aquisição e alienação de bens imóveis e a constituição de ônus reais, estabelecendo o valor de alçada, a forma e condições para implantação das operações pela Diretoria;
- d) Sem prejuízo do disposto na letra "c" anterior, autorizar a contratação de empréstimos e financiamentos e a constituição de ônus reais em favor de instituições financeiras para operações que elevem o endividamento da companhia em valor superior a 10% (dez por cento) do patrimônio líquido contábil, segundo balanço levantado no último dia do mês anterior ao da operação;
- e) Autorizar a aquisição e alienação de quotas ou ações do capital social de outras empresas que sejam ou venham a ser reputadas como investimento relevante na forma da lei ou a constituição de subsidiária integral;
- f) Autorizar a aquisição de ações e debêntures emitidas pela Companhia para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria para posterior alienação, observadas as normas legais vigentes;
- g) Eleger e destituir diretores da sociedade, atribuir designações e fixar-lhes as atribuições, observando o que a respeito dispuser o Estatuto Social;
- h) Manifestar-se sobre as demonstrações contábeis e relatórios da administração;
- i) Manifestar-se sobre qualquer proposta a ser encaminhada à assembléia geral e convocá-la;
- j) Deliberar sobre a emissão de novas ações e bônus de subscrição, dentro do limite do capital autorizado, fixando preço e demais condições da emissão, e autorizar a emissão de Notas Promissórias para subscrição pública "Comercial Papers";
- k) Apresentar à assembléia geral plano para outorga de opção de compra de ações nos termos da lei e do Estatuto Social;
- l) Disciplinar a política de atribuição e distribuição de participação nos lucros anuais aos administradores, e efetuar a proposta de distribuição do lucro líquido à assembléia geral;
- m) Escolher e destituir auditores independentes;
- n) Se mantido em caso de liquidação da sociedade nomear o liquidante e fixar a sua remuneração, podendo também destituí-lo;
- o) Decidir os casos extraordinários emergentes dos negócios e administração da sociedade que não estiverem regulados no Estatuto Social.

Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal tem suas atribuições definidas pela Lei das Sociedades por ações, sendo de sua competência: (i) fiscalizar, por qualquer de seus membros, os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários; (ii) opinar sobre o relatório anual da administração, fazendo constar do seu parecer as informações complementares que julgar necessárias ou úteis à deliberação da assembléia geral; (iii) opinar sobre as propostas dos órgãos da administração, a serem submetidas à assembléia geral, relativas a modificação do capital social, emissão de debêntures ou bônus de subscrição, planos de investimento ou orçamentos de capital, distribuição de dividendos, transformação, incorporação, fusão ou cisão; (iv) denunciar, por qualquer de seus membros, aos órgãos de administração e, se estes não tomarem as providências necessárias para a proteção dos interesses da Companhia, à assembléia geral, os erros, fraudes ou crimes que descobrirem, e sugerir providências úteis à Companhia; (v) convocar a assembléia geral ordinária, se os órgãos da administração

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

retardarem por mais de 1 (um) mês essa convocação, e a extraordinária, sempre que ocorrerem motivos graves ou urgentes, incluindo na agenda das assembléias as matérias que considerarem necessárias; (vi) analisar, ao menos trimestralmente, o balancete e demais demonstrações financeiras elaboradas periodicamente pela Companhia; (vii) examinar as demonstrações financeiras do exercício social e sobre elas opinar; (viii) exercer essas atribuições, durante a liquidação, tendo em vista as disposições especiais que a regulam.

Diretoria

É da competência da Diretoria:

- a) Administração e representação geral da sociedade, ativa e passiva, judicial e extrajudicialmente;
- b) Fazer por elaborar e submeter ao Conselho de Administração, orçamentos econômico-financeiros, anuais e plurianuais, planos e projetos de investimentos, especificando as fontes e as aplicações dos recursos;
- c) Apresentar ao Conselho de Administração propostas para a destinação do lucro e para a distribuição de dividendos;
- d) Observando o que a respeito dispõe o Artigo 26 do Estatuto, nomear procuradores, devendo especificar no instrumento os atos ou operações que poderão praticar e a duração do mandato que, no caso de ser judicial, poderá ser por prazo indeterminado;
- e) Observando o que dispõem as letras "c", "e" e "f" do Artigo 21 do Estatuto Social, proceder a aquisição e alienação de bens do ativo permanente e a constituição de subsidiárias integrais;
- f) Autorizada pelo Conselho de Administração, onerar esses mesmos bens, através da constituição ou cessão de direitos reais de garantia, bem como prestar aval ou fiança em operações relacionadas com objeto social e em favor de empresas controladas, coligadas e ligadas;
- g) Confessar, renunciar, transigir e acordar em qualquer direito ou obrigação da sociedade, desde que pertinentes às suas operações sociais;
- h) Celebrar contratos ou outros compromissos, bem como contrair obrigações com instituições de direito público e privado, desde que pertinentes ao objeto social e ao desenvolvimento normal das operações da sociedade.

Comitê de Auditoria

Não aplicável à Companhia. Justificativa: não há comitê de auditoria.

b) Data de instalação do Conselho Fiscal e de criação dos comitês

O Conselho Fiscal não é permanente, sendo instaurado a cada Assembléia Ordinária. Por determinação da Assembléia Ordinária realizada em 23/04/2013, o Conselho Fiscal foi mantido.

c) Mecanismos de avaliação de desempenho de cada órgão ou Comitê

Diretoria, auditoria e conselho fiscal são avaliados pelo Conselho de Administração, e o conjunto total dos órgãos e comitês existentes na Companhia, inclusive Conselho de Administração, estão submetidos à avaliação de seus acionistas quando das assembléias ordinárias e extraordinárias.

d) Atribuições e poderes individuais de membros da Diretoria

- Diretor Presidente: coordenar a atuação do grupo da alta administração da empresa, formada por outros 3 diretores estatutários e outros 4 diretores adjuntos, poderes formais regrados pelo estatuto social da organização;

- Diretor Vice-Presidente e de Relação com Investidores: auxílio na coordenação do grupo de alta administração ao Diretor Presidente, responsável direto pela relação institucional com investidores e mercado, bem como pela supervisão da diretoria administrativa e financeira. Tem poderes formais regrados pelo estatuto social.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

- Diretor Comercial: membro do grupo de alta administração da Companhia, coordena as áreas de abastecimento, comercialização, marketing e logística, respondendo aos Diretores Presidente e Vice-Presidente. Poderes formais regrados pelo estatuto social.

- Diretor Administrativo Financeiro: membro do grupo de alta administração da Companhia, coordena as áreas de TI, RH, controladoria e finanças, respondendo aos Diretores Presidente e Vice-Presidente. Poderes formais regrados pelo estatuto social.

e) Mecanismos de avaliação de desempenho dos membros do Conselho de Administração, dos comitês e da Diretoria

A Diretoria é avaliada pelo Conselho de Administração, e o conjunto total dos órgãos e comitês existentes na Companhia, inclusive Conselho de Administração, estão submetidos à avaliação de seus acionistas quando das assembleias ordinárias e extraordinárias.

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

12.2. Políticas e práticas das Assembléias Gerais

a) Prazos de convocação

Prazo legal, de no mínimo 15 dias de antecedência.

b) Competências

Aprovar as contas da companhia, promover alterações no estatuto social, eleger o conselho de administração, remuneração global dos administradores (Conselho), e decidir toda e qualquer matéria a ela submetida pelo conselho de administração.

c) Endereços nos quais os documentos relativos à assembléia geral estarão à disposição dos acionistas para análise

Na sede social da Companhia, localizada na Av. Carlos Gomes, 651 - 5º Andar – Boa Vista, CEP 90480-003, Porto Alegre – RS.

d) Identificação e administração de conflitos de interesses

Não aplicável à Companhia. Justificativa: não há política de administração de conflitos de interesse formalmente regulamentada.

e) Quanto à solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto

Aquelas previstas pelo Estatuto Social da Organização.

f) Formalidades necessárias para a aceitação de instrumentos de procuração outorgados por acionistas, indicando se a Companhia admite procurações outorgadas por meio eletrônico

Aquelas previstas pelo Estatuto social da Organização. A Companhia não admite procurações outorgadas por meio eletrônico.

g) Manutenção de fóruns ou páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembléias

Não aplicável à Companhia. Justificativa: Não há.

h) Transmissão ao vivo do vídeo e /ou áudio das assembléias

Não aplicável à Companhia. Justificativa: Não há.

i) Mecanismos destinados a permitir a inclusão, na ordem do dia, de propostas formuladas por acionistas

Não aplicável à Companhia. Justificativa: Não há formalmente estabelecidos.

12.3 - Datas e jornais de publicação das informações exigidas pela Lei nº6.404/76

Exercício Social	Publicação	Jornal - UF	Datas
31/12/2012	Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul - RS	21/03/2013
		Jornal do Comércio - RS	21/03/2013
	Convocação da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul - RS	08/04/2013
		Jornal do Comércio - RS	08/04/2013
31/12/2011	Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul - RS	23/03/2012
		Jornal do Comércio - RS	23/03/2012
	Convocação da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul - RS	05/04/2012
		Jornal do Comércio - RS	05/04/2012
	Ata da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul - RS	19/07/2012
		Jornal do Comércio - RS	19/07/2012
31/12/2010	Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul - RS	12/04/2011
		Jornal do Comércio - RS	12/04/2011
	Convocação da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul - RS	15/04/2011
		Jornal do Comércio - RS	15/04/2011
	Ata da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul - RS	28/09/2011
		Jornal do Comércio - RS	28/09/2011

12.4 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração

12.4. Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração, indicando:

a) Frequência das reuniões

O Conselho de Administração realizará reuniões ordinariamente uma vez por trimestre e extraordinariamente sempre que os interesses sociais o exigirem.

b) Se existirem, as disposições do acordo nos acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito a voto de membros do conselho

Não aplicável à Companhia. Justificativa: não há acordo de acionistas vigente na Cia.

c) Regras de identificação e administração de conflitos de interesses

Não aplicável à Companhia. Justificativa: não há regra formal de identificação e administração de conflito de interesses na empresa.

12.5 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem

12.5. Se existir, descrever cláusula compromissória inserida no estatuto para a resolução dos conflitos entre acionistas e entre estes e à Companhia por meio de arbitragem

Não aplicável à Companhia. Justificativa: Não há.

12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Idade	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador
Outros cargos e funções exercidas no emissor				
Luiz Augusto Barcellos Krause	48	Pertence apenas à Diretoria	23/04/2013	1 ANO
435.086.000-25	engenheiro eletricista	Não há	23/04/2013	Sim
NÃO				
Marcelo Augusto Furlan dos Santos	44	Pertence apenas à Diretoria	23/04/2013	1 ANO
490.775.460-49	administrador de empresas	Diretor Financeiro controlada Real Empreendimentos	23/04/2013	Sim
NÃO				
LAURO DE OLIVEIRA LAPA	76	Pertence apenas ao Conselho de Administração	23/04/2013	1 ANO
007.256.330-34	COMERCIANTE	20 - Presidente do Conselho de Administração	23/04/2013	Sim
NÃO				
ARY TEIXEIRA DE OLIVEIRA	71	Pertence apenas ao Conselho de Administração	23/04/2013	1 ANO
007.257.060-15	ADVOGADO	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	23/04/2013	Sim
NÃO				
SERGIO MARTINS DE OLIVEIRA	55	Pertence apenas ao Conselho de Administração	23/04/2013	1 ANO
237.291.630-00	ADMINISTRADOR DE EMPRESAS	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	23/04/2013	Sim
NÃO				
JOAQUIM LUIZ TEIXEIRA DE OLIVEIRA JUNIOR	44	Pertence apenas ao Conselho de Administração	23/04/2013	1 ANO
419.258.150-72	ECONOMISTA	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	23/04/2013	Sim
NÃO				
João Carlos de Oliveira Júnior	57	Pertence apenas ao Conselho de Administração	23/04/2013	1 ANO
263.757.020-20	administrador de empresas	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	23/04/2013	Sim
NÃO				
LUCIANO ADURES DE OLIVEIRA	48	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	23/04/2013	1 ANO
400.874.250-68	ENGENHEIRO CIVIL	31 - Vice Pres. C.A. e Diretor Presidente	23/04/2013	Sim
DIRETOR PRESIDENTE				
Augusto Lauro de Oliveira Junior	54	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	23/04/2013	1 ANO
207.412.940-87	ADVOGADO	34 - Conselheiro(Efetivo) e Dir. Vice Pres.	23/04/2013	Sim
DIRETOR VICE PRESIDENTE E DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES				
Leopoldo Henrique Krieger Schneider	70	Conselho Fiscal	23/04/2013	1 ano

12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Idade	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador
Outros cargos e funções exercidas no emissor				
004.710.620-49	Contador	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	23/04/2013	Sim
Marcio Renato Lopes	43	Conselho Fiscal	23/04/2013	1 ano
502.000.890-72	Contador	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	23/04/2013	Sim
Sergio Nunes de Nunes	60	Conselho Fiscal	23/04/2013	1 ano
141.973.670-15	Contador	45 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Minor.Ordinarias	23/04/2013	Não
Arthur Rocha Benevides Magalhães	31	Conselho Fiscal	23/04/2013	1 ano
931.331.620-04	Contador	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	23/04/2013	Sim
Deomedes Roque Talini	71	Conselho Fiscal	23/04/2013	1 ano
008.821.356-00	Administrador de Empresas	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	23/04/2013	Sim
Edinaldo Elio Ribes	53	Conselho Fiscal	23/04/2013	1 ano
314.722.220-91	Contador	48 - C.F.(Suplent)Eleito p/Minor.Ordinarias	23/04/2013	Não

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações

Luiz Augusto Barcellos Krause - 435.086.000-25

exerceu nos últimos 6 anos cargos de direção na administração da Companhia; informa não haver qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processos administrativos da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado (esfera judicial ou administrativa) que tenha suspenso ou inabilitado sua prática de atividade profissional ou comercial.

Marcelo Augusto Furlan dos Santos - 490.775.460-49

exerceu nos últimos 6 anos cargos de direção na administração da Companhia; informa não haver qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processos administrativos da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado (esfera judicial ou administrativa) que tenha suspenso ou inabilitado sua prática de atividade profissional ou comercial.

LAURO DE OLIVEIRA LAPA - 007.256.330-34

exerceu nos últimos 6 anos diversos cargos no Conselho ou administração da Companhia e/ou controlada; informa não haver qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processos administrativos da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado (esfera judicial ou administrativa) que tenha suspenso ou inabilitado sua prática de atividade profissional ou comercial.

ARY TEIXEIRA DE OLIVEIRA - 007.257.060-15

exerceu nos últimos 6 anos diversos cargos no Conselho ou administração da Companhia e/ou controlada; informa não haver qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processos administrativos da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado (esfera judicial ou administrativa) que tenha suspenso ou inabilitado sua prática de atividade profissional ou comercial.

SERGIO MARTINS DE OLIVEIRA - 237.291.630-00

exerceu nos últimos 6 anos diversos cargos no Conselho ou administração da Companhia e/ou controlada; informa não haver qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processos administrativos da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado (esfera judicial ou administrativa) que tenha suspenso ou inabilitado sua prática de atividade profissional ou comercial.

JOAQUIM LUIZ TEIXEIRA DE OLIVEIRA JUNIOR - 419.258.150-72

exerceu nos últimos 6 anos diversos cargos no Conselho ou administração da Companhia e/ou controlada; informa não haver qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processos administrativos da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado (esfera judicial ou administrativa) que tenha suspenso ou inabilitado sua prática de atividade profissional ou comercial.

João Carlos de Oliveira Júnior - 263.757.020-20

informa não haver qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processos administrativos da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado (esfera judicial ou administrativa) que tenha suspenso ou inabilitado sua prática de atividade profissional ou comercial.

LUCIANO ADURES DE OLIVEIRA - 400.874.250-68

exerceu nos últimos 6 anos diversos cargos no Conselho ou administração da Companhia e/ou controlada; informa não haver qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processos administrativos da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado (esfera judicial ou administrativa) que tenha suspenso ou inabilitado sua prática de atividade profissional ou comercial.

Augusto Lauro de Oliveira Junior - 207.412.940-87

exerceu nos últimos 6 anos diversos cargos no Conselho ou administração da Companhia e/ou controlada; informa não haver qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processos administrativos da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado (esfera judicial ou administrativa) que tenha suspenso ou inabilitado sua prática de atividade profissional ou comercial.

Leopoldo Henrique Krieger Schneider - 004.710.620-49

Informa não haver qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processos administrativos da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado (esfera judicial ou administrativa) que tenha suspenso ou inabilitado sua prática de atividade profissional ou comercial.

Marcio Renato Lopes - 502.000.890-72

Informa não haver qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processos administrativos da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado (esfera judicial ou administrativa) que tenha suspenso ou inabilitado sua prática de atividade profissional ou comercial.

Sergio Nunes de Nunes - 141.973.670-15

Informa não haver qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processos administrativos da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado (esfera judicial ou administrativa) que tenha suspenso ou inabilitado sua prática de atividade profissional ou comercial.

Arthur Rocha Benevides Magalhães - 931.331.620-04

Informa não haver qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processos administrativos da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado (esfera judicial ou administrativa) que tenha suspenso ou inabilitado sua prática de atividade profissional ou comercial.

Deomedes Roque Talini - 008.821.356-00

Informa não haver qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processos administrativos da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado (esfera judicial ou administrativa) que tenha suspenso ou inabilitado sua prática de atividade profissional ou comercial.

Edinaldo Elio Ribes - 314.722.220-91

Informa não haver qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processos administrativos da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado (esfera judicial ou administrativa) que tenha suspenso ou inabilitado sua prática de atividade profissional ou comercial.

12.7 - Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável à Companhia. Justificativa: Não existem outros comitês vigentes na organização.

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

A Companhia é uma empresa de origem familiar que hoje tem representantes da terceira geração à frente dos negócios.

Em função desta origem, existe a convivência com as seguintes relações familiares na operação: dois dos principais executivos (Diretor Presidente e Diretor Vice-Presidente) e todos os demais conselheiros são acionistas e possuem entre si parentesco de 1º, 2º ou 3º grau.

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Em função da origem familiar e da sua estrutura de gestão, há a presença de administradores que são, concomitantemente: acionistas, conselheiros ou administradores da Companhia; ou acionistas, conselheiros e administradores da controlada Real Empreendimentos S/A; ou ainda acionistas e administradores na holdings controladora.

12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores

12.11. Descrever as disposições de quaisquer acordos, inclusive apólices de seguro, que prevejam o pagamento ou o reembolso de despesas suportadas pelos administradores, decorrentes de reparação de danos causados a terceiros ou à Companhia, de penalidades impostas por agentes estatais, ou de acordos com o objetivo de encerrar processos administrativos ou judiciais, em virtude do exercício de suas funções

A companhia mantém um contrato de seguro de Responsabilidade Civil de seus administradores (*D&O – Directors and officers*), com o valor de cobertura limitado a MR\$ 5.000, prêmio de MR\$ 15.

12.12 - Outras informações relevantes

12.12. Outras informações relevantes sobre a administração da Companhia

Não aplicável. Justificativa: a Administração da Companhia entende não haver outras informações relevantes que não as apresentadas nessa seção.

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

13.1 Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a) Objetivos da política ou prática de remuneração

A política de remuneração tem como objetivo o reconhecimento das competências e valores desenvolvidos pelos profissionais em atendimento as exigências da companhia e seguem os padrões de mercado.

b) Composição da remuneração, indicando:

(i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles.

Conselho de Administração

Apenas o presidente e um membro do Conselho de Administração possuem remuneração fixa mensal, os demais conselheiros recebem a sua remuneração através de jetons (através da participação em reuniões do conselho de administração).

Diretoria Estatutária e Não Estatutária

Os membros da diretoria recebem honorários fixos mensais dentro dos padrões de mercado. Os membros da diretoria podem também receber remuneração variável através da participação nos resultados da empresa, como forma de premiar o atingimento de metas estabelecidas. O programa de participações no resultado é denominado PPLR (Programa de Participação nos Lucros e Resultados).

Conselho Fiscal

A remuneração de cada membro do conselho fiscal, quando instalado pela Assembléia Geral, é de 10% da remuneração média da diretoria da companhia.

(ii) Qual a proporção de cada elemento da remuneração total

A remuneração da Administração (Conselho de Administração e Diretoria) é fixada em sua totalidade pela Assembléia Geral Ordinária.

(iii) Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

Os valores da remuneração são definidos pelo Conselho de Administração, dentro do valor estabelecido pela Assembléia Geral Ordinária.

(iv) Razões que justificam a composição da remuneração

A razão da composição da remuneração é a busca de um equilíbrio através da remuneração fixa e renda variável.

(c) Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

A remuneração fixa não possui indicadores de desempenho específicos, pois são utilizados valores de referencias de mercado. Já a remuneração variável está atrelada a indicadores e desempenhos, sendo os principais: vendas, margem bruta, margem operacional, EBITDA, lucro líquido.

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária**(d) Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho**

A remuneração variável é baseada no conceito de participação nos resultados, onde são estabelecidas metas de atingimento de resultados.

(e) Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

A remuneração variável tem seus fundamentos atrelados a geração de valor para a companhia.

(f) Existência de remuneração suportada por subsidiária, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não se aplica a companhia, pois não há previsão desta forma de remuneração.

(g) Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não se aplica a companhia, pois não há previsão desta forma de remuneração.

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2012 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	7,00	4,00	3,00	14,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	313.000,00	1.168.000,00	44.000,00	1.525.000,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	3.178.000,00	0,00	3.178.000,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	313.000,00	4.346.000,00	44.000,00	4.703.000,00

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2011 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	7,00	4,00		11,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	216.000,00	1.098.000,00		1.314.000,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00		0,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00

Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	1.600.000,00		1.600.000,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações	0,00	0,00		0,00
Observação				
Total da remuneração	216.000,00	2.698.000,00		2.914.000,00

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal**Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2010 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	7,00	4,00	4,00	15,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	130.000,00	1.042.000,00	92.000,00	1.264.000,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00

Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	130.000,00	1.042.000,00	92.000,00	1.264.000,00

13.3 Em relação à remuneração variável do último exercício social e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal.

As condições e metas estipuladas no programa de participação nos lucros para o exercício foram parcialmente alcançadas. Desta forma houve a apropriação de PPR para o exercício.

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

13.4 Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício corrente, descrever:

Não se aplica a companhia, pois não há plano de remuneração baseado em ações.

13.5 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão

13.5 Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social.

Os membros do Conselho de Administração da companhia possuem participação direta de 4,69% e indireta de 21,87%.

Atualmente na Diretoria da companhia existem dois membros que também fazem parte do Conselho de Administração. A participação destes Diretores está informada na quantidade da participação dos membros do Conselho de Administração.

13.6 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

13.6 Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não se aplica a companhia, pois não há remuneração baseada em ações.

13.7 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária

13.7 Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com seguinte conteúdo:

Não se aplica a companhia, pois na há opções em aberto.

13.8 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

13.8 Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas a remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos últimos 3 exercícios social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não se aplica a companhia, pois não há previsão desta forma de remuneração.

13.9 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a

13.8 - Método de precificação do valor das ações e das opções

13.9 Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8, tal como explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando no mínimo:

Não se aplica a companhia, pois não há previsão desta forma de remuneração.

13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

13.10 Em relação aos planos de previdência privada em vigor conferidos aos membros do conselho e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

Não se aplica a companhia.

13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal**Valores anuais**

	Diretoria Estatutária		Conselho de Administração			Conselho Fiscal	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2012
Nº de membros	4,00	4,00	4,00	2,00	2,00	1,00	3,00
Valor da maior remuneração(Reais)	421.488,33	391.890,02	387.272,12	162.781,00	139.793,30	129.870,29	14.720,00
Valor da menor remuneração(Reais)	210.744,07	287.147,43	185.235,96	150.351,53	76.700,00	129.870,29	14.720,00
Valor médio da remuneração(Reais)	291.944,12	339.518,73	260.402,85	156.566,27	108.246,70	129.870,29	14.720,00

Observação

Diretoria Estatutária

Conselho de Administração

Conselho Fiscal

13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

13.12 Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as conseqüências financeiras para o emissor:

Não há qualquer dispositivo adicional que não o detalhado no item 12.11.

13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

13.13 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto:

Não se aplica a companhia, pois não há tal disposição.

13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

13.14 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupando por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados:

Não se aplica a companhia, pois não há tal disposição.

13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

13.15 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros de conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos.

Não se aplica a companhia, pois não há tal disposição.

13.16 - Outras informações relevantes

13.16 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não é de nosso conhecimento nenhuma informação adicional que possa ser considerada relevante.

14.1. Descrição dos recursos humanos

a) Número total de colaboradores: 1.292

UNIDADE	QUADRO DE PESSOAL
PELOTAS – RS	897
Engenho Centro	39
Engenhos Externos	33
Farinha	18
Areal	48
Vila Princesa	536
Administração	160
Insumos	63
JABOATÃO DOS GUARARAPES – PE	91
BRASÍLIA – DF	15
ITAQUI – RS	289
URUGUAIANA - RS	1
TOTAL	1.292

b) Número total de terceirizados:

No exercício a companhia não teve terceiros no quadro.

c) Índice de rotatividade:

A companhia possui em sua atividade um período de safra que tem duração de três meses em cada ano. Neste período o número de admissões e demissões é alto em decorrência de recebimento de matéria prima. Excluindo o período de safra o índice fica em 20,3%.

d) Exposição da Companhia a passivos e contingências trabalhistas:

Já abordado em fatores de risco, item 4.3.

14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos

14.2. Comentário sobre qualquer alteração relevante ocorrida com relação aos números divulgados no item 14.1.

Não aplicável à Companhia, pois não houve nenhuma alteração relevante.

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

14.3. Descrever as políticas de remuneração dos funcionários da Companhia

a) Política de salários e remuneração variável

A Política utilizada pela companhia é pelo método de pesquisa salarial, enquadramento salarial por mérito e também por promoção.

A companhia possui um programa de remuneração variável, o PPR (Programa de Participação nos Resultados), distribuídos após o encerramento e aprovação do balanço da companhia pelos seus acionistas na assembléia que é realizada no mês de abril do ano seguinte.

b) Política de benefícios

Os benefícios oferecidos pela companhia são os seguintes:

- Plano de saúde ambulatorial e odontológico;
- Plano de saúde hospitalar;
- Convênio ótico;
- Convênio farmácia;
- Convênio Livraria;
- Cesta básica;
- Refeitório.

c) Características dos planos de remuneração baseados nas ações dos empregados não-administradores

Não aplicável; não há plano de remuneração baseado em ações.

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos

14.4. Descrever a relação da Companhia com os sindicatos de relacionamento

A companhia mantém um relacionamento próximo com todos os sindicatos da categoria e em todas as bases territoriais.

Anualmente a companhia cumpre com as reposições salariais que foram aprovadas no acordo coletivo dos empregados. Também repassa os benefícios conquistados pelos funcionários que é parte integrante do citado acordo.

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista		Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	Total ações %	
CPF/CNPJ acionista	Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)		
Detalhamento por classes de ações (Unidades)							
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %					
JOSE OSWALDO MORALES JUNIOR							
066.016.438-82	BRASILEIRA-SP	Não	Não	28/11/2012			
5.000	0,047842%	11.600	8,830157%	16.600	0,156865%		
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %					
TOTAL	0	0,000000%					
IBERICA NEGOCIOS E PARTICIPACOES LTDA.							
13.075.182/0001-01	BRASILEIRA-RS	Não	Não	13/01/2011			
1.030.000	9,855523%	0	0,000000%	1.030.000	9,733178%		
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %					
TOTAL	0	0,000000%					
RUY MEDEIROS GOULART							
692.630.439-49	BRASILEIRA-SC	Não	Não	09/04/2013			
0	0,000000%	600	0,456730%	600	0,005670%		
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %					
TOTAL	0	0,000000%					
GABRIEL VOGT TIGRE							
609.888.000-04	BRASILEIRA-RS	Não	Não	17/11/2011			
0	0,000000%	9.100	6,927106%	9.100	0,085992%		
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %					
TOTAL	0	0,000000%					
PEROLI S/A PARTICIPACOES							
01.093.994/0001-09	BRASIL-RS	Não	Sim	31/12/2010			
6.161.976	58,960675%	500	0,380610%	6.162.476	58,233470%		
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %					
TOTAL	0	0,000000%					

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista		Nacionalidade-UF		Participa de acordo de acionistas		Acionista controlador		Última alteração	
CPF/CNPJ acionista	Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)									
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %							
BANRISUL FUNDO DE INVESTIMENTO EM ACOES									
88.198.056/0001-43	BRASILEIRA-RS	Não	Não		17/11/2011				
0	0,000000%	22.700	17,279703%	22.700			22.700	0,214508%	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %							
TOTAL	0	0,000000%							
BRADESCO AUTO/RE COMPANHIA DE SEGUROS									
92.682.038/0001-00	BRASILEIRA-SP	Não	Não		10/12/2009				
0	0,000000%	52.500	39,964070%	52.500			52.500	0,496109%	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %							
TOTAL	0	0,000000%							
OUTROS									
3.254.017	31,135960%	34.368	26,161624%	34.368			3.288.385	31,074208%	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %							
TOTAL	0	0,000000%							
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:									
0	0,000000%	0	0,000000%	0			0	0,000000%	
TOTAL	10.450.993	100,000000%	131.368	100,000000%	10.582.361	100,000000%	10.582.361	100,000000%	

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA	CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	Composição capital social
CONTROLADORA / INVESTIDORA						
PEROLI S/A PARTICIPACOES						
CPF/CNPJ acionista						
01.093.994/0001-09						
FERRAGENS VIANNA S/A						
92.192.236/0001-95	BRASIL-RS	Não	Sim	31/12/2010		
6.328.838	18,360460	0	0,000000	6.328.838	18,360460	
Classe ação						
TOTAL	0	0,000000				
JOSAINVEST Negócios e Participações Ltda						
07.009.537/0001-61	BRASIL-RS	Não	Sim	31/12/2010		
15.129.936	43,893141	0	0,000000	15.129.936	43,893141	
Classe ação						
TOTAL	0	0,000000				
OUTROS						
13.011.158	37,746399	0	0,000000	13.011.158	37,746399	
TOTAL	34.469.932	100,000000	0	34.469.932	100,000000	

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA	CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	Composição capital social
CONTROLADORA / INVESTIDORA						
FERRAGENS VIANNA S/A						
				92.192.236/0001-95		
OUTROS	157.972	38,487139	0	0,000000	157.972	38,487139
TOTAL	410.454	100,000000	0	0,000000	410.454	100,000000
VIANNA INVEST NEGÓCIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA						
08.173.613/0001-32	BRASIL-RS		Não	Sim	31/12/2010	
252.482	61,512861	0	0,000000	252.482	61,512861	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000				

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA						
				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
JOSAINVEST Negócios e Participações Ltda				07.009.537/0001-61		
Almalaguês Negócios e Participações Ltda.						
06.188.543/0001-60	BRASIL-RS	Não	Sim	31/12/2010		
3.776.250	40,001233	0	0,000000	3.776.250	40,001233	
Classe ação						
TOTAL		0	0,000000			
L.M.A. Negócios e Participações Ltda.						
06.179.946/0001-43	BRASIL-RS	Não	Sim	31/12/2010		
1.886.250	19,980755	0	0,000000	1.886.250	19,980755	
Classe ação						
TOTAL		0	0,000000			
OUTROS						
3.777.834	40,018012	0	0,000000	3.777.834	40,018012	
TOTAL						
9.440.334	100,000000	0	0,000000	9.440.334	100,000000	

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA									
ACIONISTA									
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração					
Detalhamento de ações (Unidades)									
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %				
CONTROLADORA / INVESTIDORA									
Almalaguês Negócios e Participações Ltda.									
CPF/CNPJ acionista 06.188.543/0001-60									
AUGUSTO LAURO DE OLIVEIRA									
007.256.500-44	BRASIL-RS	Não	Sim						
31.844	49,508706	0	0,000000	31.844	49,508706				
Classe ação									
Qtde. de ações (Unidades)									
Ações %									
TOTAL	0	0,000000							
AUGUSTO LAURO DE OLIVEIRA JR									
207.412.940-87	BRASIL-RS	Não	Sim						
144	0,223881	0	0,000000	144	0,223881				
Classe ação									
Qtde. de ações (Unidades)									
Ações %									
TOTAL	0	0,000000							
MARCIA ALMEIDA OLIVEIRA KARAM									
457.707.270-04	BRASIL-RS	Não	Sim						
144	0,223881	0	0,000000	144	0,223881				
Classe ação									
Qtde. de ações (Unidades)									
Ações %									
TOTAL	0	0,000000							
MARTHA ALMEIDA OLIVEIRA FIRPO									
417.879.780-87	BRASIL-RS	Não	Sim						
144	0,223881	0	0,000000	144	0,223881				
Classe ação									
Qtde. de ações (Unidades)									
Ações %									
TOTAL	0	0,000000							

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA	CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	Composição capital social
CONTROLADORA / INVESTIDORA						
Almalaguês Negócios e Participações Ltda.						
				06.188.543/0001-60		
OUTROS						
32.044	49,819651	0	0,000000	32.044	49,819651	
TOTAL						
64.320	100,000000	0	0,000000	64.320	100,000000	

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA	CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	Composição capital social
CONTROLADORA / INVESTIDORA						
L.M.A. Negócios e Participações Ltda.						
				CPF/CNPJ acionista		
				06.179.946/0001-43		
ANNA LUCIA A OLIVEIRA SOARES						
411.410.400-34	BRASIL-RS	Não	Sim			
1.574	49,984122	0	0,000000	1.574	49,984122	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000				
LUCIANO ADURES DE OLIVEIRA						
400.874.250-68	BRASIL-RS	Não	Sim			
1.575	50,015878	0	0,000000	1.575	50,015878	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000				
OUTROS						
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000	
TOTAL	3.149	100,000000	0	3.149	100,000000	

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA	CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	Composição capital social
CONTROLADORA / INVESTIDORA						
VIANNA INVEST NEGÓCIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA						
08.173.613/0001-32						
ALMALAGUÊS NEGÓCIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA						
06.188.543/0001-60	BRASIL-RS	Não	Sim	31/12/2010		
390.000	40,271824	0	0,000000	390.000	40,271824	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000				
L.M.A. NEGÓCIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA						
06.179.946/0001-43	BRASIL-RS	Não	Sim	31/12/2010		
128.044	13,221963	0	0,000000	128.044	13,221963	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000				
OUTROS						
450.375	46,506213	0	0,000000	450.375	46,506213	
TOTAL	968.419	100,000000	0	968.419	100,000000	

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	Composição capital social
CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ALMALAGUÊS NEGÓCIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA						
06.188.543/0001-60						
AUGUSTO LAURO DE OLIVEIRA						
007.256.500-44	BRASIL-RS	Não	Sim			
31.844	49,508706	0	0,000000	31.844	49,508706	
Classe ação						
Qtde. de ações (Unidades)						
Ações %						
TOTAL	0	0,000000				
AUGUSTO LAURO DE OLIVEIRA JR						
207.412.940-87	BRASIL-RS	Não	Sim			
144	0,223881	0	0,000000	144	0,223881	
Classe ação						
Qtde. de ações (Unidades)						
Ações %						
TOTAL	0	0,000000				
MARCIA ALMEIDA OLIVEIRA KARAM						
457.707.270-04	BRASIL-RS	Não	Sim			
144	0,223881	0	0,000000	144	0,223881	
Classe ação						
Qtde. de ações (Unidades)						
Ações %						
TOTAL	0	0,000000				
MARTHA ALMEIDA OLIVEIRA FIRPO						
417.879.780-87	BRASIL-RS	Não	Sim			
144	0,223881	0	0,000000	144	0,223881	
Classe ação						
Qtde. de ações (Unidades)						
Ações %						
TOTAL	0	0,000000				

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA	CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	Composição capital social
CONTROLADORA / INVESTIDORA						
CPF/CNPJ acionista						
06.188.543/0001-60						
ALMALAGUÊS NEGÓCIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA						
OUTROS	32.044	49,819651	0	0,000000	32.044	49,819651
TOTAL	64.320	100,000000	0	0,000000	64.320	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA	CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	Composição capital social
CONTROLADORA / INVESTIDORA						
L.M.A. NEGÓCIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA						
CPF/CNPJ acionista						
06.179.946/0001-43						
ANNA LUCIA A OLIVEIRA SOARES						
411.410.400-34	BRASIL-RS	Não	Sim			
1.574	49,980000	0	0,000000	1.574	49,980000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000				
LUCIANO ADURES DE OLIVEIRA						
400.874.250-68	BRASIL-RS	Não	Sim			
1.575	50,020000	0	0,000000	1.575	50,020000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000				
OUTROS						
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000	
TOTAL	3.149	100,000000	0	3.149	100,000000	

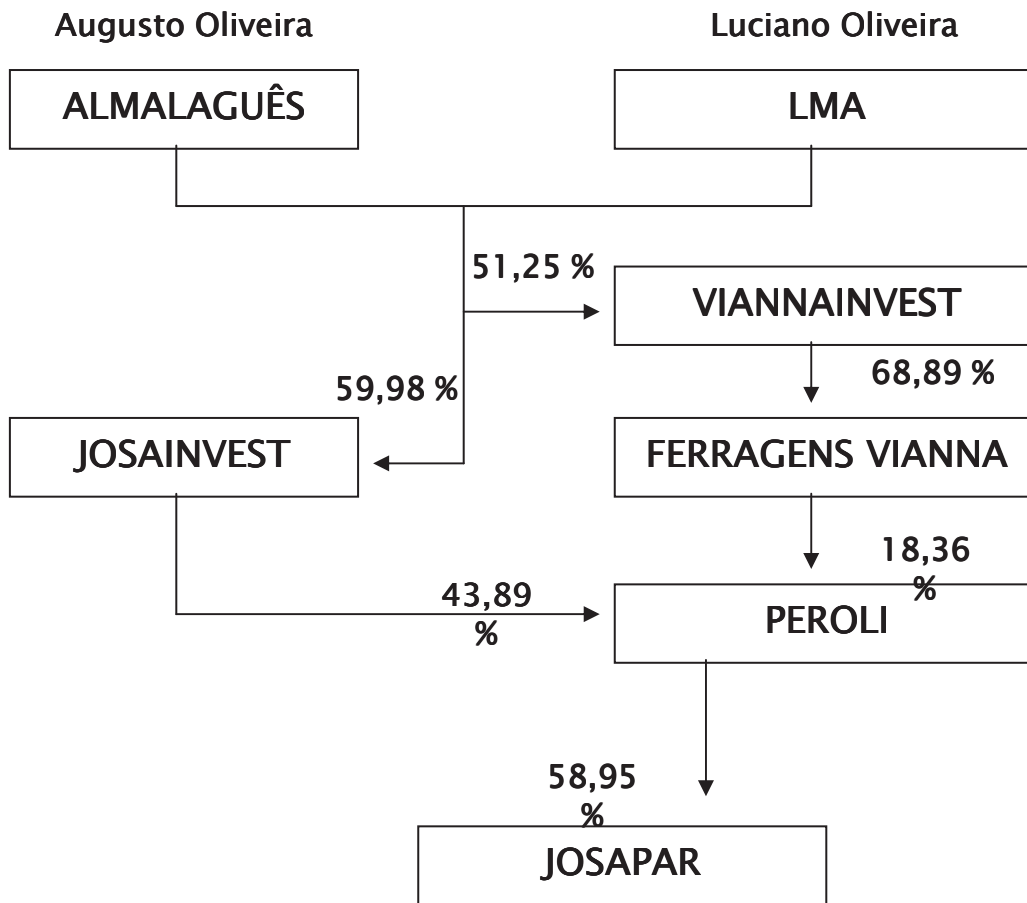
15.3 - Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	23/04/2013
Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)	92
Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)	6
Quantidade investidores institucionais (Unidades)	11

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria

Quantidade ordinárias (Unidades)	436.770	4,179220%
Quantidade preferênciais (Unidades)	131.368	100,000000%
Total	568.138	5,368726%

15.4 - Organograma dos acionistas**15.4. Organograma do controle acionário**

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

15.5. Informações sobre acordo de acionistas arquivados na sede da Companhia, do qual um controlador seja parte, regulando o exercício de direito a voto ou a transferência de ações da Companhia

Não aplicável à Companhia. Justificativa: não há.

15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor

15.6. Indicar alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores da Companhia nos 3 últimos exercícios sociais

Não aplicável à Companhia. Justificativa: não houve alteração relevante nos 3 últimos exercícios sociais.

15.7 - Outras informações relevantes

15.7. Outras informações relevantes sobre dados de controle

Não aplicável à Companhia. Justificativa: A Administração da Companhia entende que não há outras informações relevantes a apresentar sobre o controle societário da organização.

16. Transações com partes relacionadas

16.1. Descrição das regras, políticas e práticas da Companhia quanto à realização de transações com partes relacionadas, conforme definidas pelas regras contábeis que tratam desse assunto

Não há regra formal específica para esse tema.

16.2. Relações com partes relacionadas divulgadas nas demonstrações financeiras da Companhia nos 3 últimos exercícios sociais:

Os saldos decorrentes das operações realizadas durante os exercícios com as partes relacionadas podem ser sumariados como segue:

	Controladora		Consolidado
	Ativo não circulante	Juros s/ capital próprio	Ativo não Circulante
Real Empreendimentos S.A.	31	2.199	-
Outros	20.118	-	21.484
Em 31.12.2012	<u>20.149</u>	<u>2.199</u>	<u>21.484</u>
Real Empreendimentos S.A.	450	2.198	-
Outros	13.308	-	14.403
Em 31.12.2011	<u>13.758</u>	<u>2.198</u>	<u>14.403</u>

Os saldos do exigível a longo prazo referem-se a contratos de mútuo, sobre os quais incidem encargos financeiros conforme a variação da TJLP. As demais operações mantidas com partes relacionadas observam as condições usuais de mercado. As transações praticadas com partes relacionadas seguem políticas estabelecidas entre as partes, que poderiam ser diferentes se praticadas entre partes não relacionadas.

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Detalhadas no anexo do item 16.1

16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado

16.3. Em relação às transações com partes relacionadas ocorridas no último exercício social: a) identificar as medidas tomadas para tratar de conflito de interesses; e b) demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado.

Não aplicável à Companhia. Justificativa: não há regra formal específica para esse tema.

17.1 - Informações sobre o capital social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital (Reais)	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias (Unidades)	Quantidade de ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total de ações (Unidades)
Tipo de capital	Capital Autorizado				
31/12/2012	120.000.000,00		10.450.993	131.368	10.582.361
Tipo de capital	Capital Integralizado				
31/12/2010	120.000.000,00		10.450.993	131.368	10.582.361

17.2 - Aumentos do capital social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não houve.

17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável à Companhia. Justificativa: não há desdobramento, grupamento ou bonificação.

17.4 - Informações sobre reduções do capital social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável à Companhia. Justificativa: não houve redução do capital social.

17.5 - Outras informações relevantes

17.5. Outras informações relevantes sobre o Capital da Companhia

Não aplicável à Companhia. Justificativa: A Administração da Companhia entende que não há outras informações relevantes a apresentar sobre o Capital da organização.

18.1 - Direitos das ações

Espécie de ações ou CDA	Ordinária
Tag along	0,000000
Direito a dividendos	Segundo o estatuto social da companhia, são assegurados a seus acionistas dividendos mínimos de 30% do lucro ajustado.
Direito a voto	Pleno
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Não
Restrição a circulação	Não
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Conforme a Lei das Sociedades por ações
<hr/>	
Espécie de ações ou CDA	Preferencial
Tag along	0,000000
Direito a dividendos	As ações preferenciais têm preferência no pagamento dos dividendos conforme a Lei das Sociedades por ações, e a elas ainda é assegurado um dividendo adicional de 10% (dez por cento) sobre o lucro ajustado do exercício, de acordo com o estatuto social da Companhia.
Direito a voto	Sem Direito
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Não
Restrição a circulação	Não
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Conforme a Lei das Sociedades por ações
<hr/>	

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

18.2. Descrever, se existirem, regras estatutárias que limitem o direito a voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar ofertas públicas

Não aplicável à Companhia. Justificativa: Pois não existem tais regras estatutárias.

18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto

18.3. Descrever exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto

Não aplicável à Companhia. Justificativa: Pois não há exceções e cláusulas suspensivas previstas em estatuto.

18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável à Companhia. Justificativa: A Companhia entende que devido ao ínfimo volume de negociações, esses movimentos podem não representar com exatidão a precificação dos valores mobiliários da organização, prejudicando a análise e tomada decisão de investimento na empresa.

18.5 - Descrição dos outros valores mobiliários emitidos

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável à Companhia. Justificativa: não há outros valores mobiliários emitidos.

18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação

18.6. Indicar os mercados brasileiros nos quais os valores da Companhia são admitidos à negociação

BOVESPA.

18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros

18.7. Informações sobre cada classe ou espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros

Não aplicável à Companhia. Justificativa: não há.

18.8 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor

18.8. Descrever as ofertas públicas de distribuição efetuadas pela Companhia ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades controladas ou coligadas

Não aplicável à Companhia. Justificativa: não há.

18.9 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros

18.9. Descrever as ofertas públicas de aquisição feitas pela Companhia relativas a ações de emissão de terceiros

Não aplicável à Companhia. Justificativa: não há.

18.10 - Outras informações relevantes

18.10. Outras informações relevantes sobre Valores Mobiliários

Não aplicável à Companhia. Justificativa: A Administração da Companhia entende que não há outras informações relevantes a apresentar sobre Valores Mobiliários.

19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável à Companhia. Justificativa: não há plano de recompra.

19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável à Companhia. Justificativa: não há movimentação de VM em tesouraria.

19.3 - Informações sobre valores mobiliários mantidos em tesouraria na data de encerramento do último exercício social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável à Companhia. Justificativa: não há VM em tesouraria.

19.4 - Outras informações relevantes

19.4. Fornecer outras informações relevantes sobre recompra de valores mobiliários

Não aplicável à Companhia. Justificativa: A Administração da Companhia entende que não há outras informações relevantes a apresentar sobre recompra de Valores Mobiliários.

20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável à Companhia. Justificativa: não há política de negociação formal estabelecida.

20.2 - Outras informações relevantes

20.2. Fornecer outras informações relevantes sobre o tema

Não aplicável à Companhia. Justificativa: A Administração da Companhia entende que não há outras informações relevantes a apresentar sobre política de negociação de Valores Mobiliários.

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

21.1. Descrição de normas, regimentos ou procedimentos internos adotados pela Companhia para assegurar que as informações a serem divulgadas publicamente sejam recolhidas, processadas e relatadas de maneira precisa e tempestiva

Não aplicável à Companhia. Justificativa: não há política formal de divulgação de informações que não as regras estabelecidas pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas**21.2. Descrição a política de divulgação de ato ou fato relevante adotada pela Companhia, indicando os procedimentos relativos à manutenção de sigilo acerca de informações relevantes não divulgadas**

Não aplicável à Companhia. Justificativa: não há política formal de divulgação de ato ou fato relevante que não aquelas estabelecidas pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários.

21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações

21.3. Informar os administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação das informações

Não aplicável à Companhia. Justificativa: não há política formal de divulgação de ato ou fato relevante que não aquelas estabelecidas pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários.

21.4 - Outras informações relevantes

21.4. Fornecer outras informações relevantes sobre o tema

Não aplicável à Companhia. Justificativa: A Administração da Companhia entende que não há outras informações relevantes a apresentar sobre política de divulgação de informações ao mercado.

22.1 - Aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor

22.1. Indicar a aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre na operação normal dos negócios da Companhia

Não aplicável à Companhia. Justificativa: não há.

22.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

22.2. Indicar alterações significativas na condução dos negócios da Companhia

Não aplicável à Companhia. Justificativa: não houve alterações significativas na condução dos negócios da Companhia.

22.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

22.3. Identificar os contratos relevantes celebrados pela Companhia e suas controladas não diretamente ligados com suas atividades operacionais

Não aplicável à Companhia. Justificativa: não há.

22.4 - Outras informações relevantes

22.4. Fornecer outras informações relevantes sobre o tema

Não aplicável à Companhia. Justificativa: A Administração da Companhia entende que não há outras informações relevantes a apresentar sobre Negócios Extraordinários.